

Acção Socialista

Nº 1212 - 28 Janeiro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



PS PROPÕE PRIORIDADE AO INVESTIMENTO

A revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento está na ordem do dia na União Europeia. Em Portugal, o PS propõe a construção política de um consenso para a revisão inteligente do Pacto. Com um objectivo claro: manter regras comuns que garantam a estabilidade da moeda única, mas que não penalizem o investimento nem prejudiquem as políticas de coesão social e desenvolvimento. É este o desafio lançado ao Governo: em vez de persistir numa política financeira recessiva e contraproducente, é preciso alterar o rumo e favorecer o crescimento e o emprego.

3



AUTARQUIAS

PS é alternativa e referencial de esperança

6 e 7

FUNÇÃO PÚBLICA

Greve histórica mostra descontentamento

11

IVG

Grupo Parlamentar aprova pergunta para referendo

5

ENTREVISTA

Carlos César: Continuar a mudar os Açores

12



PS debate Europa

Braga 30 e 31 de Janeiro | **Lisboa** 5 de Fevereiro
Vila Real 6 de Fevereiro | **Beja** 7 de Fevereiro

DISCUTIR A SÉRIO O PACTO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO

1. Está em cima da mesa política e económica a discussão sobre a reavaliação e a reformulação do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

A reavaliação do Pacto de Estabilidade, por iniciativa do PS, tinha já sido incluída na resolução aprovada na Assembleia da República em Janeiro de 2003, subscrita por deputados socialistas e da actual maioria, tendo sido boa parte dos pontos aprovada também pelos deputados do PCP e do BE. E essa proposta de reavaliação deveria ter sido oportunamente apresentada nas instâncias europeias, podendo-se ter desencadeado então o importante debate que hoje está na ordem do dia.

No debate dessa deliberação de Janeiro de 2003, os deputados socialistas abstiveram-se no ponto que aprovava o Programa de Estabilidade e Crescimento, o qual pretendia concretizar para Portugal a aplicação, na visão do Governo, do Pacto de Estabilidade e Crescimento e votou favoravelmente os outros dez pontos que consubstanciam os objectivos e as orientações essenciais em áreas como o emprego, a reforma da Administração Pública e o investimento, as quais aliás foram negociadas a partir de um texto-base do PS.

A maioria parlamentar votou todos os pontos da resolução, cinco dos quais foram aprovados por unanimidade.

2. A versão actualizada do Programa de Estabilidade e Crescimento foi enviada em Dezembro de 2003 para Bruxelas, tendo nessa ocasião sido remetida uma cópia "para conhecimento" à Assembleia da República pelo ministro Marques Mendes. Hoje, em dia, este mesmo ministro quer discutir tal requeitado Programa, fingindo que pretende um consenso em torno dele. Mas há ainda algo mais de extremamente grave a referir. É o facto de o Governo não ter efectuado nas instâncias europeias, durante o ano de 2003, as diligências para que a Assembleia da República o tinha mandatado. Poderíamos ter antecipado em quase um ano o debate europeu que agora se está a fazer, a reboque da infracção das regras do Pacto, cometida pela França

e pela Alemanha e, na prática, aceite pelo ECOFIN – Conselho Europeu dos Ministros de Economia e Finanças, sem oposição da ministra Ferreira Leite, mesmo com a sua cumplicidade.

3. Por outro lado, quanto ao documento enviado pelo Governo para Bruxelas em Dezembro de 2003, interessa sublinhar o seguinte: A base de que parte, em termos de cenário macroeconómico, é a mesma base fictícia em que assentou o Orçamento de Estado para 2004, já desmentida pelo próprio Banco de Portugal, nomeadamente no que se refere à previsão da inflação, fixada, com grande falta de seriedade, pelo Governo, em 2 por cento, quando o PS, já em Novembro, apresentava 2,5 por cento como valor de referência. Esta previsão dos deputados socialistas veio a ser confirmada pelo Banco de Portugal, já neste mês de Janeiro, como o ponto médio do intervalo previsível para a inflação. E este ponto está longe de ser irrelevante, porque foi a partir da "previsão" governamental que se estabeleceu o real aumento do IRS e das taxas de outros impostos, bem como se procurou assegurar a generalizada quebra dos salários reais.

Na estratégia social e económica do Programa de Estabilidade e Crescimento enviado em Dezembro 2003 para Bruxelas, o actual Governo ignorou a orientação de pontos muito importantes da deliberação parlamentar de Janeiro de 2003, a qual justamente o Presidente Jorge Sampaio pretende venha a ser uma base de entendimento nacional. Esses pontos são nomeadamente os que respeitam à defesa do emprego, aos processos de reformar a Administração Pública e à importância a dar ao investimento.

4. Interessará ainda perguntar se o Governo pretende ter em conta o que na Assembleia se discuta sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento ou se o debate é só para fingir que responde positivamente ao apelo presidencial, quando realmente o pretenderá ignorar, em termos de conteúdo efectivo. O que é hoje muito importante é o debate das linhas de alteração ao actual conteúdo do Pacto de Estabilidade e Crescimento.



JOEL HASSE FERREIRA

Interessará ainda perguntar se o Governo pretende ter em conta o que na Assembleia se discuta sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento ou se o debate é só para fingir que responde positivamente ao apelo presidencial, quando realmente o pretenderá ignorar, em termos de conteúdo efectivo.

ORA RETOMA LÁ!!! (PARTE II)

ANTOONIO COLAÇO

- VAMOS LÁ A VER, ZÉ MANEL, SE É DESTA QUE ACERTAS NA **RETOMA!**



FERRO RODRIGUES REÚNE COM ECONOMISTAS

PS QUER CONSENSO NACIONAL SOBRE PEC A APRESENTAR EM BRUXELAS

“Não queremos Portugal condenado a uma divergência real com a União Europeia até 2007”, afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues. Para evitar essa divergência, o PS defende que é necessário o Governo apresentar em Bruxelas uma posição nacional que contemple as propostas do Partido Socialista.

O secretário-geral do PS fez estas declarações no final de uma reunião com um conjunto de reputados economistas para analisar as alterações ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Estiveram presentes, entre outros, Silva Lopes, Luís Campos e Cunha, Luís Braga da Cruz, Teodora Cardoso, Teixeira dos Santos, Manuel Pinho, Roberto Amaral e Freire de Sousa.

A necessidade de se apresentar um documento que reflita um consenso nacional reside no facto do Governo estar a trabalhar numa proposta para apresentar em Bruxelas que, para o PS, “é medíocre e inútil”, na medida em que coloca em causa “o ritmo de crescimento da economia portuguesa nos próximos anos”.

“O Governo e Marques Mendes agem



Portugal não está condenado a divergir da União Europeia

como se ignorassem as intenções da Comissão Europeia em rever o PEC”, disse Ferro Rodrigues, acrescentando que, para o Executivo, “não interessa o que se passa de facto, mas sim o que se mostra em Bruxelas, numa referência crítica ao facto do ministro Luís Filipe

Pereira ter recorrido à banca para pagar a dívida do Ministério da Saúde.

Com efeito, a Comissão Europeia iniciou no passado dia 13 o processo de revisão do Pacto, defendendo o comissário para as questões económicas, Pedro Solbes, “reformas substanciais”, designadamen-

te de forma a que não constitua um entrave ao crescimento.

No que respeita ao projecto de revisão do PEC a apresentar na União Europeia, o líder do PS voltou a propor a distinção entre despesas correntes e despesas de investimento, não devendo estas ser contabilizadas no défice orçamental dos Estados-membros. “Os países com dívidas públicas relativamente baixas, como Portugal, e os que mantêm défices mais altos não podem ser tratados igualmente”, defendeu.

Ferro Rodrigues salientou ainda que as novas regras do PEC devem ter em conta o desafio assumido na Cimeira de Lisboa de “alcançar um grau de desenvolvimento para a economia europeia semelhante ao das economias mais desenvolvidas do mundo, como os Estados Unidos da América”.

O secretário-geral do PS defendeu a criação de um Pacto “que se cumpra” e propôs que a discussão sobre o PEC europeu ocorra já no próximo dia 4 de Fevereiro, no debate parlamentar agendado pelo Governo sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento.

“É uma boa altura para a questão ser

colocada”, defendeu, desvalorizando a importância do debate sobre o programa de estabilidade nacional, mas admitindo consensos com o Governo no que respeita aos orçamentos plurianuais. “no sentido da fórmula proposta pelo Presidente da República”, que prevê duas discussões sobre o Orçamento de Estado, uma na Primavera, outra no Outono.

A reunião realizada entre Ferro Rodrigues e reputados economistas nacionais insere-se no esforço do Partido Socialista para encontrar uma alternativa credível e consistente ao PEC e contribuir assim para que o nosso país retome o caminho do crescimento.

Recorde-se que o PEC tem atravessado várias convulsões desde que o presidente da Comissão, Romano Prodi, declarou que ele era estúpido em virtude da sua rigidez, dando assim voz às críticas de vários quadrantes que o faziam sentir. O golpe de misericórdia foi dado ao PEC quando no ano passado a França e a Alemanha ultrapassaram o limite dos 3,0 % do défice, forçando, num Conselho Europeu, à suspensão das cláusulas sancionatórias previstas para este tipo de infracção.

PROPOSTO PELOS SOCIALISTAS

GRUPO DE TRABALHO PARA REVER O PACTO

A constituição de um grupo de trabalho na Assembleia da República para definir uma estratégia “que melhor sirva os portugueses” tendo em vista a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), foi defendida pelo PS no decurso do debate sobre a mensagem enviada pelo Presidente da República ao Parlamento.

O deputado socialista João Cravinho referiu que esse grupo de trabalho, no âmbito das comissões parlamentares de economia e de execução orçamental, com “plena audição” do Governo, deverá ter mandato para “enquadrar e desenvolver a posição nacional” face ao PEC.

Na sua intervenção, João Cravinho sublinhou a “inequívoca concordância” da bancada socialista com o teor da mensagem do chefe de Estado, salientando que “não é possível o Presidente da República ter sido mais claro na necessidade de mudar a política económico-financeira” que se tem revelado incapaz de “garantir uma efectiva consolidação orçamental”.

O deputado socialista referiu ainda que a mensagem do chefe de Estado apenas existiu porque “a maioria, por miopia e arrogância, desrespeitou a resolução sobre a revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento (2003-2006) aprovada por maioria a 9 de Janeiro do ano passado”, na qual a Assembleia da República recomendava uma reavaliação



tação dada pela maioria à missiva. É que, sublinhou, “o pior cego é aquele que não quer ver”.

Sampaio faz lúcida censura ao Governo

Segundo o líder da bancada socialista, a mensagem de Sampaio “é uma lúcida censura ao Governo, ou seja, ao fracasso da política orçamental, distarçado através de receitas extraordinárias, à política de cortes cegos, que descuida a coesão social e o desenvolvimento”. Por sua vez, José Sócrates lembrou que na sua mensagem ao Parlamento o Presidente da República “alertou para a gravidade da situação económica e das finanças públicas”, sublinhando que “o alfa e o omega da política económica do Governo não está a ser alcançado”, ou seja, “o défice público de 2003 é de 5,4 por cento, descontadas as receitas extraordinárias”.

Por isso, considerou, “é um esforço patético a maioria dizer que o Presidente diz uma coisa, quando afinal é outra, como todos nós sabemos”. Recorde-se que na mensagem, lida pelo presidente da Assembleia da República, Jorge Sampaio advertiu o Governo que a consolidação orçamental exige “medidas de política sustentáveis e fundamentadas em termos estratégicos”, não podendo “ser feita à custa da justiça social e do investimento público”.

do PEC, “de forma a que o crescimento e a coesão fossem uma realidade”.

Já o presidente do Grupo Parlamentar, António Costa, fez questão de se distanciar do Programa de Estabilidade e Crescimento 2004/2007 – “esse já entregue pelo Governo em Bruxelas” – e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, em relação ao qual, disse, “o PS está disponível para trabalhar na base de um consenso”.

Na sua intervenção, António Costa citou as primeiras páginas de alguns jornais de referência que punham em evidência a crítica contida na mensagem do Presidente da República à política orçamental seguida pelo Governo, considerando “deplorável” a interpre-

AUDIÊNCIA COM O PR

PROGRAMA DE ESTABILIDADE DO GOVERNO É MEDÍOCRE

O Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) apresentado pelo Governo em Bruxelas penaliza as políticas sociais e afasta Portugal da média europeia. Por isso, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, reafirmou, no passado dia 13, a sua oposição à estratégia nele delineada.

“O Governo não pode contar senão com a oposição do PS ao PEC que apresentou. Trata-se de um programa de mediocridade, de desmantelamento de conquistas sociais importantes que os portugueses conseguiram e, no final, Portugal estará mais longe da média europeia”, acentuou Ferro Rodrigues no final de uma audiência com o Presidente da República, Jorge Sampaio, em Belém.

O líder não poupou, aliás, críticas à política económica seguida pelo Executivo de direita, considerando que o País entra em 2004 numa “situação de crise um pouco generalizada”.

O líder socialista insurgiu-se contra aquilo a que chamou “uma política de cegueira” em que “parece não haver vida para além de um défice construído artificialmente” e que “conduziu Portugal à recessão”.

“O PS entra em 2004 com a dupla vontade de se afirmar como grande partido da oposição, mas também como um grande partido de construção de uma alternativa, para que 2004 seja de facto o ano da viragem”, sublinhou, não excluindo, contudo, a possibilidade de consensos com o Governo, designadamente na aprovação de um programa plurianual de avaliação da despesa pública, que faça “a avaliação concreta da qualidade dessa despesa”. Também na reforma da Administração Pública, o secretário-geral do PS manifestou a vontade socialista de participar de forma construtiva no processo, desde que os diplomatas sobre o contrato individual de trabalho e da avaliação dos trabalhadores sejam expurgados daquilo que considerou os seus malefícios.

Ferro contestou fortemente a ideia de que “Portugal só cresce com o desmantelamento das políticas sociais”, frisando, também nesta área, a sua forte oposição ao Governo.

VISITA À ANTIGA SOREFAME

FERRO PEDE INTERVENÇÃO PARA SALVAR EMPRESA

O Governo deve avançar com uma intervenção "urgente" de forma a impedir o fecho da fábrica de material ferroviário Bombardier Transportation (antiga Sorefame), que está na iminência de despedir cerca de 500 trabalhadores devido à falta de encomendas. Esta a exigência feita pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no final de uma visita a esta unidade industrial, na Amadora, onde se encontrou com a administração e a comissão de trabalhadores da empresa. "O Governo e as empresas que tutela devem tomar uma decisão urgente, sem violar as regras da concorrência e da União Europeia, para salvar esta empresa", defendeu o líder do PS, acrescentando que "já há neste momento trabalhadores sem ocupação porque as encomendas chegaram ao fim e estão a terminar as entregas". A intervenção do Governo, segundo Ferro Rodrigues, poderá ser realizada através da iniciativa de empresas públicas, como a CP e o metro de Lisboa e do Porto, no sentido de desbloquearem os processos de expansão e modernização das suas linhas e carruagens e procederem a



A Bombardier é uma unidade industrial com grande capacidade tecnológica

encomendas à Bombardier Transportation. Neste contexto, o PS vai solicitar a presença do ministro dos Transportes,

Carmona Rodrigues, na Assembleia da República com vista a "ouvir uma resposta urgente a estes problemas", anunciou Ferro Rodrigues, que chefiava

uma delegação composta pelos camaradas Luís Nazaré, Jorge Coelho, Joaquim Raposo, Custódia Fernandes e Edite Estrela.

Evitar drama socioeconómico e tecnológico

"No quadro das perguntas ao Governo, não deixaremos de questionar como pensam lidar com esta situação", acrescentou o líder do PS, prometendo "pressão política a todos os níveis" para "evitar um drama social, económico e tecnológico".

Salientando que a antiga Sorefame "é uma das poucas unidades industriais em Portugal com grande capacidade tecnológica", Ferro Rodrigues sublinhou que a empresa - que emprega 500 trabalhadores directos e cerca de mil afectos a empresas subcontratadas - "não pede nenhum protecçãoismo mas apenas medidas atempadas".

"Ninguém acreditará no discurso do Governo sobre as maravilhas que aí vêm até 2020, como o TGV e as novas linhas nacionais, se deixar morrer esta empresa, que é competitiva", disse, adiantando que "o futuro está nos caminhos-de-ferro e haverá mercado por parte da CP e dos metros de Lisboa e do Porto para uma empresa como esta, das poucas em Portugal com grande capacidade tecnológica e mão-de-obra qualificada".

SUBSÍDIO DE DOENÇA

NOVO REGIME É INJUSTO E PENALIZADOR

"O novo regime das baixas é injusto" e "vai penalizar os trabalhadores em situações limite como é a doença" razões pelas quais o Grupo Parlamentar do PS vai pedir a apreciação deste diploma pela Assembleia na República. Apesar de manifestamente contra a iniciativa legislativa que, no entender dos socialistas, o Governo não deveria ter desenvolvido, Ferro Rodrigues classificou a recente promulgação presidencial como uma tentativa de evitar "a todo o custo" conflitos com o Executivo. Jorge Sampaio "procurou minimizar os custos sociais" do novo sistema, mas apenas "conseguiu que um diploma péssimo passe a ser um diploma mau", afirmou Ferro.

ENTREVISTA À SIC-NOTÍCIAS

EUROPEIAS SÃO OPORTUNIDADE PARA OS PORTUGUESES DIZEREM QUE NÃO GOSTAM DE SER ENGANADOS

A retoma económica que o Governo tem propagandeado não passa de uma falsa esperança que cai por terra com os dados recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística e com as reacções dos agentes económicos.

"O que se está a passar em Portugal não é verdadeiramente uma política de consolidação orçamental", denunciou Ferro Rodrigues, numa entrevista à SIC-Notícias, onde também frisou que a prosperidade não pode ser construída sobre os escombros das políticas sociais. Ciente da realidade nacional e naturalmente atento às questões verdadeiramente importantes, o PS manifesta-se empenhado em trabalhar no sentido de um consenso amplo e construtivo. Assim o garantiu Ferro Rodrigues ao anunciar que a bancada socialista vai avançar, em breve, na Assembleia da República, com uma resolução que visará a revisão e reforma do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Com este novo pacto "pretendemos uma verdadeira retoma, com convergência e consolidação das finanças públicas", assegurou, esclarecendo que a disponibilidade para entendimento abrange também o debate do Orçamento de Estado, agendado para Maio, na Assembleia da República, no que diz respeito à qualidade da



despesa pública, avaliada e programada numa lógica plurianual.

Encarando as eleições europeias deste ano como "o primeiro momento de que os portugueses disporão para explicar a esta coligação de direita, que não gostam de serem enganados", Ferro garantiu que o partido apresentará "uma grande lista para o Parlamento Europeu, com pessoas muito prestigiadas e capazes de conduzir o Partido Socialista a uma grande vitória". Depois de reafirmar a sua "total convicção" na reeleição de Carlos César no sufrágio regional dos Açores, o líder socialista encarou com naturalidade a

possibilidade de Guterres poder perfilar-se como candidato à Presidência da República.

"O PS não é refém de nenhuma personalidade, por mais importante que esta seja, mas se me perguntarem se o engenheiro António Guterres seria um grande candidato para os socialistas, responderia que estou convencido de que sim", disse, para de seguida acrescentar, relativamente às autárquicas de 2005, em Lisboa, que "a solução para os problemas da capital será sempre a derrota da direita com a apresentação de uma alternativa à política do espectáculo".

M.R.

Convenção Concelhia PS/Caldas da Rainha

Domingo, 15 de Fevereiro
Pimpões

Abertura [15.00h]
António José Seguro

Encerramento [18.30h]
António Galamba
Jorge Coelho

IVG

SOCIALISTAS APROVAM PERGUNTA PARA REFERENDO

“Concorda que deixe de ser crime o aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez, com o consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde?”, esta a pergunta que, segundo o PS deve ser colocada em novo referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e que corresponde ao texto da petição do movimento que está a recolher assinaturas para nova consulta popular. A decisão sobre esta matéria foi tomada na reunião do Grupo Parlamentar do passado dia 15, altura em que a bancada socialista aprovou também um projecto de lei que propõe a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) até às dez semanas, semelhante ao diploma entregue pela JS, na Assembleia da República, em 1998.

O diploma socialista, segundo explicou o deputado José Magalhães, vai ser apresentado no Parlamento porque em Portugal “não pode haver referendos sobre perguntas abstractas, têm que sintetizar iniciativas legislativas”.

Por sua vez, o líder da bancada do PS, António Costa, reafirmou o compromisso do PS de não propor alterações à legislação sobre a IVG sem recurso a nova consulta popular.

A nossa proposta será debatida em plenário no próximo dia 3 de Março em conjunto com as do Bloco de Esquerda e do PCP que agendou potestativamente esta discussão.

Novamente de acordo com o deputado socialista José Magalhães, o PS procurou “a máxima coordenação de iniciativas” no que respeita à alteração da lei sobre o aborto e decidiu “deliberadamente” aprovar uma pergunta igual à defendida na petição que está a recolher assinaturas para obrigar o Parlamento a discutir a realização de um novo referendo.

Sobre a data da nova consulta popular, António Costa referiu apenas que esta deverá realizar-se “quando houver condições”, mas salientou que decorreram cinco anos

desde o referendo de 1998 – que deu a vitória ao Não à despenalização por escassa margem – e defendeu que já não se pode invocar a realização de um referendo “em cima de outro referendo”.

“Quem defende que as mulheres que praticarem a IVG não devem ir para a prisão só tem uma coisa a fazer: propor a alteração da lei”, afirmou, defendendo que “se é necessário haver referendo, faça-se o referendo. O que não é possível é estarmos neste impasse”.

“Não imporemos disciplina de voto”, adiantou ainda o líder da bancada socialista, revelando que, além do projecto aprovado pelo grupo parlamentar, poderá haver iniciativas individuais de deputados do PS. É o caso do deputado António Braga que já anunciou a sua intenção de avançar com um projecto próprio de desenvolvimento da actual lei e no qual pretende consagrar uma comissão de apoio à maternidade.

JS entrega petição no parlamento

À frente de uma delegação da Juventude Socialista, Jamila Madeira entregou, na passada sexta-feira, ao presidente da Assembleia da República, uma petição subscrita por mais de 4000 mil cidadãos, na qual se apela ao Parlamento para que discuta o problema da interrupção voluntária da gravidez como questão de saúde pública e legisle no sentido de descriminalizar esta prática.

Em declarações ao “Acção Socialista”, a secretária-geral da JS evidenciou que a petição “é mais um contributo espontâneo de cidadãos, uma vez que não houve uma recolha organizada de assinaturas”. Fortemente empenhada na recolha das assinaturas a favor do referendo de que é, aliás, mandatária, Jamila Madeira sublinhou que aquele tinha sido “um momento de orgulho, na medida em que uma bandeira que era da JS passou a ser

mais do que uma bandeira da esquerda e passou a agregar bastantes vezes também da direita que uma qualquer disciplina de voto pretende calar”.

A líder da juventude socialista esclareceu que a petição serve para “dizer que os cidadãos querem que esta matéria seja discutida e resolvida já e que não vale dizer que fica para depois”. A vantagem da petição, segunda a deputada, é apenas o de afirmar que “há um problema urgente e de responsabilizar politicamente a Assembleia da República”. Por outro lado, Jamila Madeira não deixa de confrontar Durão Barroso com as suas palavras. “Espera – afirmou – que o primeiro-ministro, como outrora disse que esta era uma questão de consciência, não use agora um instrumento muito pouco ortodoxo nesta situação que é a disciplina de voto, impedindo um número significativo de deputados da sua bancada para a resolução deste problema”.

Iniciativas das Mulheres Socialistas

O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) que se tem mostrado particularmente activo e mobilizado sobre esta matéria vai levar a cabo três audições para “fazer o estado da arte”, conforme declarou Sónia Furtuzinhos ao “Acção Socialista”, e que vão incidir sobre planeamento familiar, educação sexual e apoio social à família. Por outro lado, o DNMS tem previsto lançar uma campanha para assinalar os 10 anos da Declaração do Cairo, com especial enfoque na questão dos direitos sexuais e reprodutivos no desenvolvimento humano. No seguimento desta iniciativa a presidente das Mulheres Socialistas tenciona, na sua qualidade de deputada, apresentar em sede parlamentar uma resolução onde se proceda à avaliação dos compromissos do Cairo, os quais, lembra, Portugal também assinou.

Pelourinho da República



«Ó Diácono [Remédios], o que é que acha do Dr. Santana Lopes? Sabe que ele lutou contra a ditadura...»

Herman José, humorista
Herman SIC, 18 de Janeiro

«Este livro parece o álbum de um empreiteiro.»

Manuel Maria Carrilho
sobre o livro de Santana Lopes
SIC Notícias, 12 de Janeiro

«Os títulos de doutor, professor doutor são bons para gabinetes. Em câmaras como a de Amarante não é nos gabinetes que se trabalha. É indo ao terreno ver o que as pessoas querem.»

Avelino Ferreira Torres sobre Luís Ramos,
pré-candidato do PSD à câmara de Amarante
Público, 17 de Janeiro

«Eu não preparo orçamentos. As coisas saem-me no dia-a-dia.»

Avelino Ferreira Torres
Público, 17 de Janeiro

«O que eu vou gastar na campanha depende do peso que houver do outro lado.»

idem

«Aumentar os salários seria populista.»

Durão Barroso
Público, 18 de Janeiro

«Tenho a dizer que fui extraordinariamente bem recebido! Pelo presidente da câmara que é quem representa o povo de Óbidos.»

Reacção de **Durão Barroso** aos apupos
que recebeu em Óbidos
RTP, 17 de Janeiro

«O modelo de descentralização do governo é uma xaropada intragável.»

Strecht Monteiro
Público, 18 de Janeiro

«Caminhamos para a retoma? Pois sim: como caminhamos para a morte desde que nascemos. Algum dia virá: por ora, estagnação é o que se vê no horizonte. Mas tudo o mais que se diz apenas tenta enganar o Povo.»

Sousa Franco
Visão, 22 de Janeiro



Ferro Fodrigues
assinou no passado sábado a petição que reclama um novo referendo sobre a descriminalização do aborto e afirmou estar convicto de que o “sim” ganhará se a maioria PSD/CDS-PP aprovar a consulta popular

RETENÇÕES ILEGAIS DE DESCONTOS

PS PEDE AUDIÇÃO URGENTE NO PARLAMENTO

Os ministros da Justiça, Finanças e Segurança Social têm de explicar ao Parlamento a retenção ilegal de descontos efectuados a 580 funcionários pelo Ministério da Justiça.

Este é o sentido de um pedido de audição urgente apresentado pelo PS logo que foi conhecida mais esta situação inédita no Governo.

“Não podemos tolerar que num domínio em que o Estado impõe, e bem, regras de conduta aos particulares não as cumpra do seu próprio lado”, referiu o deputado Jorge Lação em declarações aos jornalistas, afirmando que os socialistas estão “estupefactos” com a “gravidade da notícia do ponto de vista político e jurídico”. O Ministério da Justiça reteve os descontos para a Segurança Social feitos a 580 funcionários em 2003, num montante superior a 670 mil euros, o que, segundo especialistas, configura crime fiscal. A situação, segundo fontes oficiais, está em vias de ser regularizada, mas alguns dos funcionários abrangidos perderam durante esse período regalias sociais a que tinham direito.

A lei prevê pena de prisão de um a cinco anos e multa de 240 a 1200 dias nos casos em que as entidades empregadoras, efectuados os descontos aos trabalhadores, não entreguem total ou parcialmente as contribuições devidas a Segurança Social.

CONVENÇÃO AUTÁRQUICA DA FRO

PS É REFERENCIAL DE ESPERANÇA E ALTERNATIVA

O Partido Socialista não será a muleta do Governo nem uma falsa oposição às práticas anti-sociais da direita. Esta a garantia deixada por Ferro Rodrigues, perante centenas de autarcas do PS, reunidos em Alenquer, na Convenção Autárquica da Federação da Região Oeste.

“O Executivo não pode contar com o PS para o apoiar estratégias financeiras, económicas e sociais erradas em nome de uma unidade nacional”, afirmou Ferro Rodrigues, que reagiu desta maneira ao que considerou uma atitude “totalmente hipócrita” por parte do primeiro-ministro que, após o apelo do Presidente da República à criação de consenso, afirmou que os socialistas teriam de dar aval às políticas governativas.

“Ao mesmo tempo que o doutor Durão Barroso vem com esta conversa pseudo-amigável e pseudo-consensual, a verdade é que o Programa de Estabilidade e Crescimento já foi entregue em Bruxelas, em Dezembro, sem que tenhamos sido consultados”, criticou o líder do PS, defendendo, a propósito, que “o desenvolvimento económico tem de andar a par com o desenvolvimento social”.

No discurso de abertura da convenção, Ferro manifestou-se claramente contra a orientação seguida pela direita, uma vez que “a competitividade e produtividade estão a ser conseguidas à custa da ruína das políticas sociais” levadas a cabo no passado pelos socialistas.

Por outro lado, adiantou, o PS estará disponível para que, até às comemorações dos 30 anos do 25 de Abril, “se acabe com o contencioso entre a República e as regiões”.

O secretário-geral renovou ainda o desafio para que se constitua uma comissão parlamentar integrada por todos os partidos para discutir um novo Pacto de Estabilidade e Crescimento, assim como os planos plurianuais de despesas públicas.

Mas a Convenção Autárquica da Federação da Região Oeste (FRO) ficou também marcada por boas notícias. “As sondagens publicadas hoje (17 de Janeiro) mostram o PS à frente, o que significa que, depois de um ano extremamente duro, o Partido e o seu secretário-geral estão em condições de continuar a ser um referencial de esperança e alternativa para estas políticas medíocres que estão a ser levadas à prática em Portugal”, disse Ferro.

Lembrando que “os socialistas partiram para 2004 com determinação”, o secretário-geral considerou indispensável avançar, ao nível dos municípios, com um processo de “grande mobilização de todos” para as eleições europeias, uma vez que estas vão realizar-se em simultâneo com o Campeonato Europeu de Futebol – Euro 2004.

“Este é também um novo ciclo, de grande importância e responsabilidade para o Partido, porque vão decorrer as eleições europeias e os sufrágios regionais no Açores e da Madeira”, declarou Ferro Rodrigues, para quem, o combate à abstenção é a primeira meta de um partido que apresentará aos portugueses “uma lista de homens e mulheres com convicções europeias firmes” nas eleições do PE.

Já no que respeita às regionais, afirmou que “nos Açores devemos dar todo o nosso apoio a Carlos César”, enquanto para a Madeira, almejou o reforço do papel do PS.

Ciente de que em 2005 será iniciado um ciclo importante que culminará com as eleições presidenciais e legislativas de



Ferro Rodrigues pediu a mobilização de todos para as eleições de 2004

2006, Ferro Rodrigues manifestou-se “optimista e determinado”.

De seguida, Maria de Belém criticou o facto de Portugal, ao invés de proceder ao ordenamento territorial, se encontrar numa “fase desordenada”.

No seu discurso sublinhou também que “todos os objectivos de política económica e social têm sido, sistematicamente, falhados pelo Governo”, acusou, fazendo referência ao caso do recente aumento da taxa de mortalidade infantil.

“Este retrocesso deve ser rigorosamente esclarecido e apuradas as suas causas, porque estamos a falar de um dos melhores indicadores de desenvolvimento de um país”.

Depois de lamentar que os problemas estruturais de Portugal persistam, e que a taxa de pobreza continue a crescer, Maria de Belém acusou o Governo de não inovar e de proclamar intenções, “muitas vezes erradas”, para as quais “nem sequer avança com uma política de investimentos”.

A coordenadora autárquica do PS exortou, por fim, os socialistas a desenvolverem um trabalho no sentido de denunciar

“tudo quanto está mal ao nível do poder local”.

Estatégias para 2005

No final de um dia de debate aberto sobre as estratégias a desenvolver até 2005, sobre os casos de sucesso na região do Oeste e políticas autárquicas inovadoras, os socialistas da FRO assumiram o compromisso de reforçar a sua presença e interacção, na presente conjuntura de crise, nas comunidades locais que integram, “procurando responder às necessidades e aspirações das populações e aos compromissos eleitorais assumidos”.

No documento que sintetiza as conclusões deste encontro, apresentado na sessão de encerramento por José Augusto de Carvalho, líder da distrital, os autarcas do Oeste reafirmam a ruralidade que identifica aquela região, mas exigem um urbanismo de qualidade, e uma aposta na vocação dessa zona para o turismo, apelando simultaneamente ao maior envolvimento na vida cívica, política e autárquica local, por parte da população.

Os socialistas garantem, igualmente, que trabalharão no espírito de renovação da sua organização e que, nos municípios em que são oposição, tudo farão no sentido de serem reconhecidos como alternativa credível e preferível em 2005. Dada a coincidência da realização de um Conselho de zMinistros, nesse mesmo sábado, dia 17, em Óbidos, José Augusto de Carvalho não passou ao lado do facto para, a esse propósito, dizer que é preciso “distinguir entre ministros que vêm ao Oeste e ministros que deveriam olhar para o Oeste e ajudar a resolver os nossos problemas”.

Além de acusar o Executivo de ter abandonado o projecto de desenvolvimento do Oeste, o presidente da FRO lembrou que “o poder local está a viver um dos momentos mais desconsiderados da sua história em democracia”, manifestando preocupação pelo “estrangulamento financeiro das autarquias, passando pelo famigerado endividamento zero e pela não compensação da quebra acentuada de receitas”, verificada em 2003.

MARY RODRIGUES

PS LOURES PÕE FIM A ACORDO COM CDU

O PS de Loures decidiu pôr termo ao acordo pós-eleitoral com a CDU de gestão partilhada da câmara e retirar todos os pelouros aos vereadores comunistas “por falta de confiança política”, passando os autarcas socialistas a assumir os cargos.

Em declarações ao “Acção Socialista”, o presidente da Câmara de Loures, Carlos Teixeira, explicou que houve da parte da CDU uma “quebra das regras e dos pressupostos em que assentavam o acordo de gestão autárquica”, apontando como exemplos “a abstenção da CDU na votação do plano de actividades e orçamento da autarquia para 2004” e a “circulação pela Câmara de um boletim da célula do PCP a arrasar os pelouros da responsabilidade dos socialistas”. Por isso, sublinhou, “face a este comportamento, deixou de haver confiança política”.

Referindo que Loures “não é um caso isolado”, Carlos Teixeira condenou ainda “veementemente” o comportamento da CDU, marcado por uma “grande sede de poder”, nos municípios do Barreiro e Sintra, fazendo questão de sublinhar: “Quem ofende um socialista ofende-me a mim”.

AMADORA

AUTARQUIA CEDE TERRENOS PARA PARQUES DE ESTACIONAMENTO

Para minorar o problema do estacionamento naquele que é considerado o concelho mais denso da Europa, a Câmara de Amadora está a ceder terrenos municipais a moradores, juntas de freguesia locais e associações que se disponibilham a construir parques subterrâneos.

Depois da introdução do estacionamento pago, a cedência de espaços livres para a construção de parques para automóveis por parte de moradores que apresentem projectos sustentáveis surge como a última alternativa para fazer face a um problema que tem vindo a crescer

consideravelmente nos últimos anos. Segundo com o vereador responsável pelo pelouro da Rede Viária e do Trânsito, Gabriel Oliveira, “a autarquia tomou a decisão de adoptar esta medida pois não há orçamento municipal para a construção de parques de estacionamento mas há um problema para resolver”.

Enquanto à câmara cabe arranjar os terrenos e ajudar no reordenamento da superfície, os moradores ficam com a responsabilidade de encontrar uma empresa que seja especialista na área, financiar o projecto e comprometer-se

em iniciar a obra no espaço de dois anos. De acordo com os cálculos da autarquia, cada morador envolvido terá de pagar cerca de dez mil euros por lugar, ficando esse estacionamento agregado ao fogo em questão para “evitar negociações”, segundo explica o autarca, acrescentando que “cada fogo só poderá comprar um lugar de estacionamento, o qual não é passível de ser vendido; caso contrário, poderia dar azo a grandes especulações. A ideia aqui não é fazer negócio, é sim melhorar a qualidade de vida de cada residente”, assegurou.

ÉVORA

SALTO EM FRENTE NO DESENVOLVIMENTO

"Ricos ao nível da capacidade de execução". É assim que José Ernesto Oliveira define os dois anos que leva como presidente da Câmara de Évora, acrescentando que está de "consciência tranquila" pelo trabalho já desenvolvido, mas "sempre insatisfeito" porque "há ainda enormes carências, em particular ao nível das infra-estruturas, que urge resolver".

E sublinha que, apesar "do descontrolo financeiro" herdado, tem sido possível com uma "gestão rigorosa" reduzir o passivo e "honrar os compromissos eleitorais" dando início "a um ciclo de qualificação da cidade".

O autarca socialista destaca a aposta na habitação social, "uma área esquecida pela CDU durante 30 anos", referindo com evidente satisfação a entrega dias antes do Natal de 2003 de 16 fogos a famílias carenciadas que



viviam em casas sem o mínimo de condições. "Foi muito gratificante proporcionar nessa quadra festiva um tecto com toda a dignidade a estes agregados familiares", afirma, acrescentando que já em Março vão ser entregues as chaves de mais 38 fogos,

prevendo estar prontos para entrega outros 75 em 2005.

Ainda neste domínio, José Ernesto Oliveira salienta a preocupação do seu executivo em aumentar a oferta de habitação para travar a especulação imobiliária, nomeadamente através do apoio às cooperativas de habitação e construção de fogos a custos controlados.

Na acção social, outra das prioridades da sua gestão, o autarca socialista refere o lançamento do cartão do idoso destinado aos munícipes mais velhos com rendimentos "per capita" inferiores a 220 euros e que proporciona um vasto conjunto de benefícios, entre os quais pequenas reparações em habitações, descontos nas farmácias, transportes públicos e taxas municipais, visando "melhorar a sua qualidade de vida".

No quadro dos compromissos

assumidos, a Câmara de Évora tem tido também como objectivo a construção de mais equipamentos colectivos, nomeadamente desportivos, tendo já sido lançada a primeira fase do concurso para a construção de um complexo desportivo, que inclui pista de atletismo e pavilhão polidesportivo, estando também prevista a recuperação do parque de piscinas municipais.

Destaque também na área dos equipamentos, para a recuperação do Salão Central, um espaço polivalente para cinema e teatro, e construção, ainda no actual mandato, do novo parque de feiras e exposições e da biblioteca pública de Évora, "para os quais já foram negociados os terrenos e elaborados os respectivos projectos", revela.

No balanço dos dois anos de gestão socialista, José Ernesto Oliveira não deixou

de referir "a batalha política ganha" pela câmara em conjunto com as entidades públicas do concelho no sentido de assegurar a passagem do TGV por Évora. Trata-se, sublinha, "de uma importante alavanca, a par de outras como a preservação da nossa genuinidade, da valia do nosso património e da qualidade ambiental, para a nossa estratégia de desenvolvimento sustentável".

Consciente dos problemas que ainda há por resolver, nomeadamente ao nível de uma política de criação de empregos e de novas oportunidades para a juventude, que eleger como outra das prioridades camarárias, o autarca socialista não tem dúvidas em afirmar "que com rigor, empenho e muito trabalho iremos conseguir dar o salto em frente que Évora necessita, assim como todo o Alentejo".

J. C. CASTELO BRANCO

BARREIRO

PROJECTO PARA UMA GERAÇÃO

Projectar uma nova imagem do Barreiro tem sido o principal objectivo que tem norteado a acção do Executivo camarário, presidido pelo socialista Emídio Xavier, ao longo destes dois primeiros anos de mandato.

"Estamos a fazer uma aposta muito séria na nova imagem do Barreiro, tentando contrariar a velha imagem de fábricas e chaminés, sendo de destacar no âmbito desta aposta a requalificação da frente ribeirinha, uma área de 14 km, onde nascerá um pólo de grande qualidade com áreas de comércio, indústrias, serviços, lazer e habitação", refere o presidente da Câmara, Emídio Xavier.

Por outro lado, e "apesar das enormes limitações financeiras" o autarca socialista adianta estar apostado no

lançamento dos "alicerces de um projecto para a cidade, que incentive o saudável orgulho de ser barreirense". Trata-se, acrescentou, de "uma viagem rumo ao futuro, no quadro de um projecto para uma geração".

Neste contexto, faz questão também de salientar o início para breve do sistema multimunicipal de tratamento de águas residuais que envolve os concelhos da península de Setúbal, referindo que "em 2006-2007 toda a zona ribeirinha estará sem águas residuais".

Emídio Xavier sublinha com entusiasmo o "grande desenvolvimento verificado ao nível escolar", defendendo que "a educação deve ser uma das principais funções das câmaras". Neste âmbito refere as iniciativas já lançadas como o programa

Escolas-Barreiro de ocupação dos alunos do 1º ciclo com actividades desportivas e socioculturais, "impedindo que as crianças fiquem na rua", as duas feiras pedagógicas no parque da cidade, a alfabetização musical dirigida aos alunos do pré-escolar e ainda a Universidade da Terceira Idade, frequentada por 500 pessoas, que recebem formação, por exemplo, na área da informática e das línguas.

Sublinhando que a câmara tem dado sempre "uma especial atenção aos jovens e idosos", o autarca socialista aponta, entre outros exemplos, a abertura do Espaço B, destinado aos jovens mais ligados à música, e o Espaço J, onde os mais novos podem consultar a Internet e expor os seus trabalhos, bem como o Espaço Internet de acesso gratuito aos



mais novos e mais velhos.

Quanto aos equipamentos colectivos, destaque para a construção da biblioteca municipal, "no âmbito de uma clara

aposta na sociedade de informação", do auditório municipal, "um espaço de grande qualidade e polivalente onde se podem realizar espectáculos, congressos e seminários", e a recuperação do mercado de S. André, "uma velha ambição da população", conforme refere o presidente da Câmara.

Por outro lado, Emídio Xavier refere o problema da zona do Barreiro velho, onde a câmara instalou um gabinete para apoiar os proprietários que desejem recuperar os prédios degradados e ainda a criação de um gabinete de apoio à regularização e reconversão das áreas urbanas de génese ilegal, como algumas das iniciativas levadas a cabo na área da habitação.

J.C.C.B.

LOURES

REVOLUÇÃO TRANQUILA

Saúde, segurança, educação e recuperação dos bairros de génese ilegal foram as prioridades da acção do autarca socialista Carlos Teixeira nestes dois primeiros anos à frente da Câmara de Loures.

Em jeito de balanço, o presidente da Câmara não tem dúvidas em classificar de "muito positivo" o trabalho desenvolvido, sublinhando que, "apesar dos constrangimentos financeiros - Loures era a segunda câmara mais endividada do País -, conseguimos poupanças significativas, em particular ao nível de funcionamento da estrutura, que nos permitiram já levar a cabo a maioria dos projectos constantes do nosso programa".



Assim, na saúde, uma das áreas prioritárias de intervenção da autarquia, Carlos Teixeira refere a construção para

breve do hospital de Loures e do centro de saúde de S. António de Cavaleiros. E destaca também o facto de Loures ser a primeira câmara no país a ter um plano municipal de saúde.

Já no capítulo da segurança, o autarca socialista refere a criação de um observatório de segurança, em parceria com a Universidade Católica, "de forma a termos um diagnóstico o mais completo possível sobre esta questão", bem como a elaboração de um projecto para a criação de uma polícia municipal. Quanto à educação, outra das apostas do executivo camarário, o autarca socialista sublinha "o grande investimento feito na construção e remodelação do parque escolar, bem como na acção

social". E aponta, entre outros exemplos, a construção da escola e jardim-de-infância de Loures e do pavilhão polidesportivo da escola secundária da Portela, e a remodelação das escolas do ensino básico em Fanhões, "o maior investimento de sempre", Santa Iria de Azoia e Louisa e jardim-de-infância em Sacavém.

No que respeita à acção social escolar, frisa, "passámos das 7000 refeições servidas em duas escolas no ano lectivo de 2001-2002 para 252.000 refeições no ano lectivo de 2002-2003 abrangendo um universo de 35 escolas, o que constitui um grande apoio social aos alunos e famílias".

Por outro lado, o presidente da Câmara

destaca "o grande esforço" da sua gestão na recuperação dos bairros de génese ilegal. "Num universo de 170 bairros de génese ilegal, constatámos que 142 são recuperáveis, sendo que entre estes só em 29 é que não conseguimos intervir". Ainda no domínio da habitação, Carlos Teixeira lamenta que o actual Executivo de direita tenha "posto na gaveta" o Programa Especial de Realojamento (PER). "São 1680 as famílias que temos para realojar no município e não vemos nenhum sinal do Governo, peça fundamental neste processo, já que é responsável por 80 por cento das verbas destinadas a este programa, cabendo os restantes 20 por cento aos municípios", afirma.

J.C.C.B.

CASA DO DOURO

NOVOS ESTATUTOS AGRAVAM PROBLEMAS

Através dos deputados dos círculos de Vila Real, Viseu, Bragança e Guarda, o GP/PS apresentou, em 20 de Novembro, dois pedidos de apreciação parlamentar sobre os estatutos e regulamentos da Casa do Douro e do Instituto dos Vinhos do Douro, pedidos esses que não foram atendidos pela maioria.

Para o deputado Ascenso Simões, os novos estatutos “não resolvem, antes agravam os problemas que a Região Demarcada do Douro vive”.

De acordo com a nova lei, a Casa do Douro é agora a representante exclusiva das entidades produtoras nos órgãos interprofissionais do organismo que vai coordenar o sector, o IVDP, entidade que resultou da fusão do Instituto do Vinho do Porto com a Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro.

A instituição representativa da lavoura duriense mantém a sua natureza pública com inscrição obrigatória dos viticultores e ficou também com funções de formação profissional e assistência técnica à produção.

“A Casa do Douro transformou-se numa instituição sem importância na Região Demarcada do Douro e perdeu competências que lhe permitiam intervir no comércio dos vinhos”, sublinhou o parlamentar do PS.

A nova lei estabelece ainda um novo regulamento eleitoral e, se até agora a direcção era eleita por voto directo dos vitivinicultores, de futuro os agricultores elegerão o Conselho Regional, de onde emanará posteriormente o órgão directivo.

“Este decreto mantém uma visível inconstitucionalidade na composição do Conselho Regional de onde irá sair a direcção da Casa do Douro, pois, assim, passará a haver viticultores com um voto e outros com dois, ferindo os princípios da igualdade e universalidade”, frisou Ascenso Simões.

Depois da discussão que irá decorrer na Assembleia da República, caso o Governo se mostre indisponível para a viabilização de propostas que eliminem as inconstitucionalidades, os socialistas solicitarão a “intervenção do Tribunal Constitucional”.

Ascenso Simões sublinhou a necessidade de que fique “bem definida” a articulação institucional entre os diversos órgãos que passam a existir e a “difícil compatibilização” entre conselho interprofissional e direcção.



SALÁRIOS DOS POLÍTICOS

CONGELAMENTO É PURA DEMAGOGIA

O anúncio do congelamento salarial para os políticos é demagógico. Esta a reacção do Partido Socialista a informações veiculadas na Imprensa nacional, que davam conta da intenção governamental de não aumentar os vencimentos dos detentores de cargos políticos.

O porta-voz do PS, Vieira da Silva, considerou, em declarações à Comunicação Social, que o primeiro-ministro “quis fazer alguma demagogia com isso” e entendeu que esta iniciativa do Executivo não deve ser valorizada, uma vez que já é do conhecimento público que os salários dos cargos de topo da Função Pública não serão aumentados.

“Não é essa a questão importante”, referiu, acrescentando, porém, que mesmo a medida do Ministério das Finanças de actualizar os salários abaixo dos mil euros “vale muito pouco ou quase nada”. Isto porque para além de “largas centenas de trabalhadores da Administração Pública continuarem sem ver os seus salários aumentados”, a recompensa prevista para aqueles que auferem menos de mil euros não vai evitar que os funcionários tenham “menos poder de compra”.

“Esta política salarial é claramente de retracção, já que, no ano passado e este ano, os trabalhadores não têm poder de compra”, concluiu Vieira da Silva.

CONCELHIA DE LISBOA

CARTAZES DO PS CRITICAM GESTÃO DE SANTANA LOPES

A Concelhia de Lisboa lançou no passado sábado na Alameda da Cidade Universitária uma campanha de “outdoors” a reclamar a resolução dos problemas de segurança e de trânsito na cidade de Lisboa, duas promessas de Santana Lopes que não estão a ser cumpridas.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, que fez questão de estar presente na colagem simbólica de um dos 30 cartazes que a Concelhia espalhou pela cidade, sublinhou “a enorme preocupação com que o PS encara os problemas da criminalidade e da insegurança à escala nacional e também em Lisboa”. Segundo Ferro Rodrigues, “tem-se verificado uma substituição de políticas de inclusão social por políticas de exclusão, de políticas activas de emprego por políticas de desemprego, e políticas de ataque sistemático aos mais fracos”, o que levou a que a criminalidade tenha progredido.

Quanto aos problemas do trânsito, outra das preocupações dos socialistas, o



presidente da Concelhia, Miguel Coelho, referiu que “a mobilidade interna está cada vez pior e o estacionamento é um

drama para as pessoas que cá moram, chegando a ser já feito em terceira fila.

J. C. C. B.

ANTÓNIO COSTA NA SERTÃ

GOVERNO JÁ PERDEU TEMPO A MAIS

Presente nas comemorações do segundo aniversário da vitória autárquica na Sertã, António Costa criticou fortemente a gestão que até agora o Governo tem feito da economia e das finanças nacionais, acusando-o de fazer “manobras” recorrentes “para as contas parecerem equilibradas e disfarçar o défice”. Trata-se de um “puro truque contabilístico” que, contudo, “do ponto de vista político, é uma vigarice”, denunciou o líder da bancada socialista, perante mais de 600 pessoas, reunidas num jantar onde também se encontravam

os deputados do PS eleitos pelo círculo de Castelo Branco.

Numa altura de arranque para as europeias, e tendo em conta a sua manifesta disponibilidade para integrar a lista do PS a Estrasburgo, Costa referiu-se às eleições de 13 Junho como o momento em que os portugueses poderão “mostrar um cartão amarelo ao Executivo”, para lhe dizerem que é preciso “mudar de rumo” e que, nestes dois anos de coligação PSD/PP, o País “já perdeu tempo a mais”. Portugal perdeu tanto tempo que, segun-

do António Costa, mesmo que, neste e no próximo ano, consiga uma recuperação superior à da União Europeia, “em 2006, se nada acontecer”, estaremos ao nível de 1998, o que significa que “andamos oito anos para trás”.

O dirigente socialista também apontou para o facto de o Governo continuar sem dar “respostas para a floresta”, nem “pôr o Serviço Nacional de Bombeiros a funcionar, depois do caos”.

“É no Inverno que se previnem os fogos”, advertiu António Costa, alertando que “é preciso pôr trancas à porta”.

SAÚDE

AUMENTOS DE GESTORES DOS HOSPITAIS-SA SÃO ESCANDALOSOS

O PS ergueu forte a sua voz na Assembleia da República para denunciar o escandaloso aumento dos gestores de hospitais SA. Fê-lo apresentando um voto de protesto, no passado dia 20, que foi vencido pela maioria parlamentar de direita, mas não derrotado pela razão que nos assiste.

Durante a discussão, Jorge Coelho acusou o Governo de direita de estar a atribuir “um aumento escandaloso de mordomas e rendimentos” a gestores “nomeados por razões exclusivamente políticas”.

Face à decisão governamental de beneficiar os administradores de 31

unidades hospitalares, o deputado socialista Jorge Coelho afirmou que “o País olha para este aumento com indignação, com revolta e não entende”. O parlamentar do PS frisou ainda que Portugal “atravessa uma situação particularmente difícil, com quase 500 mil desempregados, falências sucessivas de empresas e aumentos nos transportes e nos bens essenciais”.

No voto de protesto, os deputados socialistas da Comissão de Saúde Afonso Candal, Luís Carito, João Rui de Almeida e Luísa Portugal criticam o aumento – situado entre os 655 e os 1.480 euros mensais – dos salários dos

gestores dos hospitais empresa, causado pela passagem destas unidades a sociedades anónimas.

Por outro lado o PS considera a decisão do Governo como “uma gravosa discriminação do estatuto remuneratório dos membros dos conselhos de administração dos hospitais”, em função de serem ou não sociedades anónimas. Os socialistas defenderam que, ao abranger os gestores dos hospitais SA no estatuto dos gestores do sector público empresarial, o Governo provocou como “único resultado” a “triplicação dos seus salários e ainda a duplicação de regalias de que usufruem”.

COMÍCIO-FESTA EM SÃO JORGE

CÉSAR REAFIRMA EMPENHAMENTO NO DESENVOLVIMENTO DOS AÇORES

Continuar a promover o desenvolvimento dos Açores, em todas as ilhas da região, é o compromisso de Carlos César, reafirmado perante uma audiência de 700 pessoas presentes no comício-festa do PS, nos Biscoitos, ilha de S. Jorge.

Recordando o trabalho já desenvolvido pelos governos sob a sua presidência, nomeadamente em São Jorge, o líder do PS-Açores enumerou intervenções que vão desde a agricultura – sobretudo no saneamento financeiro das cooperativas e no ordenamento e regularização dos pagamentos aos produtores – até aspectos sociais de que aquela ilha, como todas da região autónoma, é beneficiária.

César passou em revista o trabalho feito pelos executivos socialistas, analisando o trabalho feito em diversos sectores da economia, como o turismo, o que constitui uma “tarefa estruturante que necessita de ser continuada”.

Na sua intervenção, que mereceu fortes aplausos, sublinhou ainda a revolução operada nas políticas sociais, com grandes investimentos no apoio a crianças, jovens, idosos e cidadãos carenciados.



As políticas sociais são uma iniludível marca da governação socialista nos Açores

Quanto à recente aliança pré-eleitoral entre o PSD e o PP, Carlos César disse “não estar preocupado” em saber quem, nos Açores, vai ter “maior preponderância” na aliança – se Vítor Cruz ou Alvarino Pinheiro – mas, advertiu, se tal aliança ganhasse as eleições, “a nossa região passaria a ser governada por Paulo Portas ou Manuela Ferreira Leite”.

Por seu turno, o dirigente socialista de São Jorge e membro do Secretariado Regional, Rogério Veiros, voltou a elencar a obra realizada pelo PS naquela ilha, manifestando-se convicto de que os jorgenses saberão reconhecer o mérito e dar a vitória ao PS nas próximas eleições regionais.

Já o eurodeputado Paulo Casaca lembrou tarefas essenciais para os Açores que têm sido realizadas nas instâncias europeias, manifestando o seu empenho em continuar a trabalhar para o bem da região no Parlamento Europeu. Na sua intervenção, não poupou também elogios ao trabalho desenvolvido pelo Governo Regional, que em poucos anos transformou os Açores para muito melhor.

VISITA DE DURÃO AO PORTO IGNOROU PROBLEMAS DE DESEMPREGO

“Propaganda a mais e substância a menos”. Foi assim que Francisco Assis viu a visita de quatro dias do primeiro-ministro ao distrito do Porto, que “passou à margem” do maior problema da região: o desemprego.

“Infelizmente, o Governo, uma vez mais, passou à margem do maior problema do distrito”, afirmou, em conferência de imprensa, o presidente da Federação do PS/Porto, adiantando que, entre Junho e Dezembro do ano passado, “mais 13.348 pessoas ficaram desempregadas”.

“Isto significa que em cada mês que passou, 2224 pessoas foram confrontadas com a dramática realidade da falta de trabalho. Em cada dia, 74 pessoas foram lançadas no horizonte do desespero. Em cada hora que passou



mais três pessoas no distrito enfrentaram esta dura realidade”, disse. Afinal, sublinhou, as medidas saídas da

reunião do Conselho de Ministros no Porto, em Junho de 2003, de pouco serviram para inverter “a grave crise social” que alastra no distrito, onde há 112.788 desempregados.

Neste quadro, o líder da Federação socialista lamentou que “o Governo continue a revelar insensibilidade para o maior problema do distrito, o desemprego”, exigindo “políticas, medidas e soluções” para combater este flagelo.

O dirigente socialista lamentou, ainda, que o primeiro-ministro não tenha contactado “com as universidades, nem com o mundo social e o mundo laboral”, considerando que “era uma boa oportunidade para conhecer melhor a realidade”.

FEDERAÇÃO ACUSA PSD DE SER O COVEIRO DO DISTRITO DA GUARDA

A Federação do PS da Guarda emitiu um comunicado denunciando o “grande logro” que constitui o chamado processo de “descentralização” em curso, já que “é confuso e não vai criar identidades regionais”.

Face ao que se tem visto, os socialistas da Guarda consideram que se a “descentralização” avançar deste modo “assistiremos a pior no futuro”, uma vez que “a lógica do

egoísmo e do clientelismo é dominante”. Perante esta “borrada” do Governo, a Federação do PS lamenta as “sintomáticas declarações” e “constantes omissões” a este respeito do secretário de Estado responsável por este processo, de autarcas e dirigentes do PSD do distrito da Guarda.

“Depois de ter votado o distrito ao mais completo abandono, o PSD quer, com a

convivência da sua distrital, enterrar-nos administrativamente, comportando-se como um coveiro”, acusam os socialistas, que afirmam ter uma “posição muito clara” sobre esta matéria. Ou seja: “associações de municípios, com regras de constituição claras, com precisa de competências e meios a serem transferidos, que ajudem a resolver os problemas dos cidadãos, têm o nosso apoio”, referem.

PS/SANTARÉM

SOCIALISTAS DESAFIAM GOVERNO A INVESTIR NAS ACESSIBILIDADES

A Federação Distrital de Santarém do PS desafiou o Durão Barroso a visitar o distrito e a investir nas acessibilidades da região, essenciais a um desenvolvimento sustentado.

Em comunicado, a distrital socialista afirma que o “desafio” feito ao primeiro-ministro visa “dar cumprimento às graves necessidades de acessibilidades de que o distrito de Santarém carece e que este Governo tem adiado”.

A federação, liderada pelo camarada Paulo Fonseca, aponta a construção de vias como o IC10 (Almeirim/Coruche), A13 (Alcochete/Almeirim), IC3 (Almeirim/Tomar) e IC9 como “imprescindíveis”, sublinhando o “grande esforço levado a cabo pelos governos socialistas nesta área”.

O documento sublinha que as alternativas são, actualmente, “estradas regionais congestionadas que, atravessando um conjunto de sedes de concelho, com inúmeras empresas, levam a todo o tipo de dificuldades para o transporte de pessoas e mercadorias”.

“Se não puder vir, pelo menos dê instruções para o reforço das verbas do PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) para estes investimentos, que no orçamento deste ano foram claramente suprimidos”, exigem os socialistas de Santarém, que também reforçaram o pedido, feito em Setembro último, de inspecções subaquáticas, geotécnicas e de avaliação estrutural às pontes de Santarém/Almeirim, Chamusca/Golegã e Abrantes/Rossio.



Breves

SECRETÁRIO-GERAL

O **secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues**, recebeu ontem, em audiência no Largo do Rato, o primeiro-ministro da República Checa e líder do Partido Social Democrata, Vladimir Spidla.

FEDERAÇÕES

A **Federação do PS de Portalegre** emitiu um comunicado, no qual expressou "a mais sentida e profunda solidariedade aos desempregados e suas famílias, vítimas do processo de falência da Fino's", lamentando o "silêncio ensurdecedor" por parte das entidades oficiais, nacionais e locais.

Por outro lado, face ao "actual processo de desintegração administrativa", os socialistas de Portalegre defendem a criação da Área Metropolitana do Alentejo, ou, na sua impossibilidade, a constituição de uma Comunidade Intermunicipal que integrará os 15 concelhos do distrito.

O presidente da **Federação de Leiria do PS**, José Miguel Medeiros, desafiou o Governo, reunido em Conselho de Ministros em Óbidos, a desbloquear um conjunto de investimentos previstos para o distrito, considerados "fundamentais" para o seu desenvolvimento.

Uma delegação do **PS/Algarve** reuniu-se no dia 15 com o conselho de administração do hospital distrital de Faro, com o objectivo de conhecer a situação actual e futura daquela unidade hospitalar.

O **presidente da Federação do PS/Algarve, Miguel Freitas**, defendeu que "a regionalização terá de ser de novo trazida à agenda política", no discurso que proferiu no dia 24 no colóquio "Formas de associação dos municípios do Algarve", promovido pela AMAL.

A **Federação de Santarém** do PS lamentou

que o Governo tenha "desistido" de instalar naquela cidade uma Loja do Cidadão, essencial para uma Administração Pública "aberta, próxima e coordenada", ao nível distrital.

Em comunicado, a Federação socialista reclama "uma verdadeira reforma da Administração Pública, que aproxime de vez os serviços das populações, com a criação de serviços de qualidade, descentralizados regionalmente e desconcentrados localmente por cada concelho".

CONCELHIAS

A **Comissão Política Concelhia do PS/Seia** emitiu um comunicado sobre a saída da sede da Hidrocel, empresa do grupo EDP, do concelho, lamentando que "tudo isto aconteça, sem que os responsáveis distritais e locais do PSD tomem posições públicas e duras de defesa intransigente dos interesses de Seia", cujo "desenvolvimento será fortemente afectado" com esta decisão.

O presidente da **Concelhia do PS/Porto**, Nuno Cardoso, desafiou o presidente da Câmara, Rui Rio, para um debate público sobre os problemas da cidade, que, disse, "precisa urgentemente de uma mudança, ou seja, de recuperar a dignidade e o dinamismo do período em que os socialistas estiveram à frente da autarquia".

No final de uma visita aos bairros sociais da Campanhã, Nuno Cardoso criticou a degradação dos espaços públicos daqueles bairros e a actualização das rendas sem antes se terem realizado obras nos edifícios.

Numa declaração política, Luís Ferreira, candidato à presidência da **Concelhia de Tomar**, nas eleições de 6 de Fevereiro, afirma que o seu objectivo central, "mais do que procurar uma unidade artificial à força, é demonstrar um caminho – de desenvolvimento económico, centrado nas pessoas – e com isso ganhar a confiança dos tomarenses nas autárquicas de 2005".

SECÇÕES

A **Secção do PS de Agualva-Cacém** assinalou no dia 18 o seu 30º aniversário com um conjunto de iniciativas, de que se destaca um almoço-convívio, que contou com a presença da presidente da Concelhia de Sintra, Edite Estrela.

A **Secção do PS de Vila Franca do Campo** criticou o presidente da câmara local por ter realizado uma cerimónia de entrega de 19 habitações a famílias carenciadas de Vila Franca, sem ter endereçado convite ao Governo Regional dos Açores, principal financiador daquele projecto.

CLUBES DE POLÍTICA

Os membros do **Clube de Política Pensar PS** estiveram reunidos no Barreiro, para analisar e discutir a situação política nacional e distrital do partido. Antes da reunião, os membros deste Clube associaram-se à romagem ao cemitério do Lavradio, em memória do camarada Aires de Carvalho, organizada pela Comissão Política Concelhia do Barreiro por ocasião do 1º aniversário do seu falecimento.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

À hora do fecho desta edição, iniciava-se em Lisboa, promovido pelo **Departamento de Relações Internacionais do PS**, um debate sobre governação económica, em que participaram Guilherme d'Oliveira Martiins (PS), Octávio Teixeira (PCP) e António Lobo Xavier. O debate foi moderado por António Perez Metelo.

GRUPO PARLAMENTAR

O **deputado do PS Miguel Coelho** questionou o ministro das Obras Públicas sobre a legalidade da obra do túnel do Marquês. Em requerimento entregue

na Mesa da Assembleia da República, o parlamentar eleito pelo círculo de Lisboa quer ainda saber se Carmona Rodrigues tem conhecimento da elaboração de algum estudo de impacto ambiental sobre a referida obra.

Na passada segunda-feira, os deputados do PS eleitos pelo círculo de Braga **Pina Moura e Fernando Cabral** visitaram o hospital Sousa Martins, com o objectivo de tomarem contacto com os problemas daquela unidade de saúde.

No âmbito dos contactos que têm vindo a efectuar com diversas entidades e cidadãos da região, **os deputados do PS eleitos pelo círculo do Algarve** José Apolinário, Jamila Madeira, Luís Carito e Maria do Rosário Carneiro, acompanhados por Miguel Freitas e Fernando Anastácio, respectivamente, presidentes do PS/Algarve e PS/Albufeira, reuniram-se no dia 26 com o presidente da Junta de Freguesia de Paderne e outros autarcas, para analisar o impacto local das propostas dos CTT de desactivação dos postos de correio.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

A **bancada socialista** propôs ao parlamento açoriano a criação de um quadro de cinco funcionários, três dos quais técnicos superiores, para apoiar a actividade do Provedor da Criança Acolhida, figura criada em Dezembro por iniciativa do Governo Regional dos Açores, chefiado por Carlos César.

AUTARQUIAS

Os **vereadores do PS** da Câmara da Graciosa apresentaram um voto de protesto contra a "atitude discriminatória" do Governo da República de inviabilizar a instalação de uma estação de recepção de dados e imagens de satélite, um projecto que consideram de "grande importância para a concretização dos eixos estratégicos em que assenta o desenvolvimento da ilha".

SECRETÁRIO-GERAL

Dias 30 e 31 de Janeiro – O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, preside à sessão de abertura do debate "Europa: dimensão local, regional e global", uma iniciativa da Federação de Braga do PS em conjunto com a Delegação Portuguesa do Grupo Parlamentar Socialista Europeu, que terá lugar no Hotel Turismo.

Dia 7 de Fevereiro – Ferro Rodrigues, acompanhado de Ana Gomes, participa em Madrid numa reunião da Internacional Socialista, organização presidida por António Guterres.

ORGAÕS NACIONAIS

Dia 5 de Fevereiro – às 21h30 – Reunião da Comissão Política Nacional na sede nacional do PS, no Largo do Rato.

MULHERES SOCIALISTAS

Dia 31 de Janeiro – Reunião do Secretariado do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas em Braga. Segue-se uma visita à casa-abrigo de Famalicão e um encontro com trabalhadoras têxteis da Freguesia de Fradelos, também em Famalicão.

FEDERAÇÕES

ALGARVE

Dia 30 de Janeiro – às 21h30 – A Federação Regional do Algarve do PS promove por iniciativa do seu Grupo de Estudos da Saúde um debate sobre "A situação actual do sistema de saúde português e a sua evolução no contexto europeu", que contará com a participação de Constantino Sakellarides, no Auditório da Biblioteca Municipal de Faro.

BEJA

Dia 29 de Janeiro – Reunião da Comissão Política da Federação no Fórum Municipal em Ourique. **Dia 7 de Fevereiro** – a partir das 10h00 - No Hotel Meliùs decorrerá um seminário sobre "As próximas perspectivas financeiras e o desafio do alargamento", cujo encerramento está a cargo de Mário Soares.

Dia 13 de Fevereiro – início de uma ronda de reuniões com militantes em todas as Secções da Federação.

GUARDA

Dia 2 de Fevereiro – Reunião da Comissão Política Distrital, em Pinhel, cuja ordem de trabalhos

tem como ponto principal a análise da situação política nacional e regional.

Dia 6 de Fevereiro – Eleições para a Comissão Política Concelhia de Seia e para os secretariados das estruturas locais de Fornos de Algodres e Pinhel.

Dia 7 de Fevereiro – A Comissão Política Concelhia de Meda e o Secretariado da Federação da Guarda promovem um jantar de homenagem à camarada Silvina de Almeida, lutadora antifascista e militante socialista desde a primeira hora.

SETUBAL

Dia 7 de Fevereiro – Visita da presidente da Federação e do Secretariado distrital ao concelho de Sesimbra, no âmbito do programa de reuniões descentralizadas da Federação.

VILA REAL

Dia 6 de Fevereiro – às 21h30 - Com a presença da camarada Ana Gomes, terá lugar uma conferência sobre os direitos dos cidadãos no Tratado Constitucional da União Europeia, que decorrerá no Auditório do Teatro Municipal em Alijó.

Dia 7 de Fevereiro – Assembleia geral de militantes em Mesão Frio.

Eleições para Comissões Políticas Concelhias:

Dia 6 de Fevereiro – Murça

Dia 14 de Fevereiro – S. Marta Penaguião

Dia 15 de Fevereiro – Valpaços

Dia 20 de Fevereiro – Vila Real

Dia 1 de Março – Mesão Frio

CONCELHIAS

CALDAS DA RAINHA

Dia 15 de Fevereiro – às 15h30 – Convenção Concelhia com a presença de António José Seguro, António Galamba e Jorge Coelho

CLUBES DE POLÍTICA

Dia 2 de Fevereiro – 21h30 – "A reforma da tributação do património e as políticas urbanísticas" é o tema de um debate promovido pelo Clube Lisboa, que contará com a participação dos deputados socialistas Guilherme d'Oliveira Martins e Eduardo Cabrita e do especialista em urbanismo Fernando Nuno Silva. O debate terá lugar na Junta de Freguesia de Benfica.

POLÍTICAS DO GOVERNO MOTIVAM GREVE HISTÓRICA NA FUNÇÃO PÚBLICA

A opinião é unânime entre os sindicalistas: o êxito da recente greve de 23 de Janeiro é reveladora do descontentamento reinante na Função Pública e um sinal muito claro de que o Governo deve mudar de rumo e abandonar a sua obsessão em eleger os funcionários do Estado como um dos alvos preferenciais da sua política de contra-reforma social. Pelo mesmo diapasão afina o deputado socialista Artur Penedos ao considerar que "o Governo tem de retirar consequências desta grande manifestação de desagrado dos trabalhadores que disseram de uma forma clara que não estão disponíveis para aguentar esta situação".

Para este parlamentar com responsabilidades no GP/PS na área do trabalho, "não é admissível que durante dois anos os trabalhadores da Função Pública tenham visto o poder de compra reduzido por uma política que nem sequer repõe os valores da inflação e pretende impor uma situação de precarização das relações laborais no quadro da reforma da Administração Pública".

Já Carlos Trindade, coordenador da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IL, sublinha que "a luta de 23 de Janeiro foi uma demonstração do absoluto descontentamento e repúdio dos trabalhadores da Administração Pública perante a política nefasta do Governo de direita, através da unidade na acção de inúmeras organizações sindicais". E adianta que "esta luta deve prosseguir com a mesma determinação e unidade



para que a efectiva negociação colectiva, o reconhecimento dos direitos laborais dos trabalhadores, as políticas sociais, o aumento do poder de compra e os serviços públicos sejam uma realidade, no quadro de um Estado democrático com políticas que promovam o bem-estar social e a coesão, como aliás aconteceu com os governos de António Guterres".

Por sua vez, Matos Cordeiro, da Tendência Sindical Socialista da UGT e da Fetese, realça a "adesão histórica à

greve, entre 70 a 90 por cento, superior à de 1988 no Governo de Cavaco Silva", reveladora de que "os trabalhadores estão profundamente revoltados com esta política inaceitável do Governo de falta de diálogo quanto aos contratos individuais e aposentação, no quadro da ofensiva que vem desenvolvendo contra os direitos dos trabalhadores". Por isso, o sindicalista socialista vai avisando que "os trabalhadores estão dispostos a fazer outra greve".

J. C. CASTELO BRANCO

TRANSPORTES

AUMENTO DE 3,9 POR CENTO É IMORAL

O aumento dos transportes públicos em 3,9 por cento, acima da taxa de inflação prevista, é "inoportuno, injusto e errado". "Com que moralidade aumenta o Governo os transportes públicos num ano em que decretou um aumento zero para os vencimentos da função pública?", questionou Miguel Coelho, na Assembleia da República, durante a sua intervenção no plenário do passado dia 22.

"Com que cara fica após aumentar os transportes públicos dois por cento acima da taxa inflação que ele próprio definiu", acrescentou o deputado, acusando o Executivo de cometer "um grave erro que em nada beneficia a promoção dos transportes públicos".

"As receitas de exploração devem aproximar-se, tanto quanto possível, dos custos de exploração", defendeu,

salientando porém que "há um serviço público a prestar".

O presidente da concelhia socialista de Lisboa contestou ainda as políticas do Governo no sector dos transportes, considerando que estas "privilegiam precisamente o automóvel particular e desacreditam os transportes públicos", ao contrário das políticas socialistas, que "visavam promover o transporte colectivo".

MORTE DE FEHÉR

SOCIALISTAS ENVIAM CONDOLÊNCIAS AO BENFICA

O secretário-geral do PS bem como o presidente do partido, em nome de todos os socialistas, enviaram sentidas condolências à direcção e à equipa do Sport Lisboa e Benfica

pela morte do atleta Miklos Fehér, nas circunstâncias dramáticas que todos conhecemos.

Profundamente chocado com o sucedido, Ferro Rodrigues enviou

também um telegrama ao embaixador da Hungria em Portugal onde expressa os seus sentimentos a todos os compatriotas do malogrado futebolista.

O País relativo

A EUROPA NÃO É CONNOSCO

Em 2004, importa perguntar: como resistirá o "europeísmo democrático" dos portugueses face à redução dos fundos estruturais e a eventuais crises económicas e sociais?



FILIPE NUNES

Durante anos, a maioria dos observadores nacionais convenceu-nos que a integração europeia era uma ideia perfeitamente sedimentada na opinião pública portuguesa. Sempre dei por adquirida esta leitura das coisas. Ultimamente, por razões profissionais, tenho acompanhado de perto os dados do eurobarómetro, e confesso que começo a ter algumas reservas em relação a esta visão optimista.

Num momento em que se discutem eleições europeias e um hipotético referendo sobre a Constituição europeia, talvez seja útil à nossa acção política ter

presente um conjunto de indicadores que não podem deixar de ser preocupantes para qualquer europeísta.

É certo que a maioria dos portugueses considera a pertença à União Europeia (UE) uma coisa boa, ao mesmo tempo que revela uma imagem positiva das instituições europeias (ao contrário do que acontece com as instituições democráticas nacionais). Essa maioria é agora um pouco menor, embora isso represente mais o efeito de questões conjunturais (crise económica, clima de pessimismo) do que um padrão estrutural de atitudes (tendência para opiniões cada vez mais negativas ao longo do tempo). A questão não é essa. A questão é que as atitudes instrumentais favoráveis à UE são sempre mais intensas do que as afectivas. Ou seja: independentemente das conjunturas, são sempre mais os portugueses que acham que Portugal beneficiou da integração europeia do que aqueles que consideram a integração europeia uma coisa boa.

No fundo, a nossa adesão ao projecto europeu tem uma base muito mais económica do que cultural, mais instrumental do que afectiva. Isso é particularmente visível quando se pergunta aos portugueses como se vêem num futuro próximo. Poucos são os que se vêem como europeus. Apesar dos esforços das elites, a grande maioria dos portugueses identifica-se apenas com a nacionalidade portuguesa.

Mas há outros aspectos em que se verifica uma profunda contradição entre prioridades das elites e as preferências da opinião pública: nomeadamente, a partilha de soberania em certas áreas das políticas públicas e a própria constituição europeia, matéria que se pretende referendar. Em Bruxelas fala-se de política externa e de defesa comum, mas o que os portugueses querem é políticas europeias de saúde, educação e segurança social — áreas nas quais já não confiam na competência dos governos nacionais. Na última cimeira intergovernamental esteve em cima da mesa uma Constituição para a Europa. É verdade que os portugueses concordam com a ideia de Constituição, mas quando são confrontados com as soluções propostas discordam de quase todas: querem um presidente da Comissão eleito directamente ou pelo Parlamento Europeu, e, acima de tudo, não querem perder o direito de veto, o seu comissário e as presidências rotativas (que constituem, a par dos referendos, boas oportunidades para discutir as políticas europeias junto das opiniões públicas nacionais).

A comparação com outros países europeus ajuda a relativizar as coisas, mas não relativiza tudo. De facto, os níveis de desconhecimento e de desinteresse perante assuntos europeus também são sempre elevadíssimos entre os portugueses. E será escusado lembrar que entre as mulheres, os reformados, os menos instruídos, os mais pobres, os que não lêem jornais nem discutem política (uma grande percentagem da população portuguesa) — essas atitudes negativas, estes níveis de desconhecimento e desinteresse face à União Europeia, são especialmente intensos.

Em 1890, Eça de Queiroz, a propósito da sobrevivência das instituições monárquicas ao Ultimatum inglês, perguntava: «Existe essa maioria entre nós, uma maioria amando tanto as Instituições que esteja pronta, e com alacridade, a dar por elas o dinheiro dos seus cofres e o sangue das suas veias?» A resposta, como era costume, não foi muito optimista: «Infelizmente, por mais que lhe contemos e recontemos os elementos, não nos parece que exista.» Em 2004, importa perguntar: como resistirá o «europeísmo democrático» dos portugueses face à redução dos fundos estruturais e a eventuais crises económicas e sociais? A resposta a esta pergunta depende muito da capacidade de se criar, progressivamente, uma cultura de cidadania europeia na opinião pública portuguesa. Sem isso, corremos o sério risco de termos algumas surpresas desagradáveis nos tempos que aí vêm.

CARLOS CÉSAR AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

CONTINUAR A MUDAR OS AÇORES

Mesmo com a actual legislação eleitoral e no quadro de uma coligação de direita PSD/PP, Carlos César está profundamente convicto que os socialistas vencerão as próximas eleições e continuarão a governar os Açores porque o seu "projecto encontra uma sustentação que, em termos de recursos humanos, vai muito para além do PS". Em entrevista ao "Acção Socialista", o presidente do Governo Regional dos Açores salienta que os socialistas de todo o País se podem orgulhar da obra realizada ao longo dos últimos sete anos, particularmente em matéria de política social, apesar do endividamento zero imposto pelo actual Governo da República. "Candidato pela última vez" a mais um mandato como presidente do Governo e do partido na região, Carlos César considera que se deve aproveitar a próxima revisão constitucional para abrir "a possibilidade de um círculo de emigração nas eleições regionais".



Como encara a coligação da direita nas próximas eleições regionais?

É uma solução de mimetismo nacional. Pior do que um casamento por conveniência — já que nem isso é, porque os estudos eleitorais revelam que a coligação está longe de atingir a soma dos votos actuais dos dois partidos — esta coligação é um casamento à moda antiga, imposto pelos pais, ou seja, pelos directórios nacionais do PSD e do PP.

Por isso, a coligação terá como herança a de defender os interesses do Governo da República nos Açores e não a de defender os direitos dos açorianos no conjunto do País. Por outro lado, nada se conhece do projecto político do PSD e do PP nos Açores, excepto a sua estridente e contínua comunicação de críticas ao Governo Regional. Ora, quem casa ou se coliga deve ter um projecto de vida ou um projecto político comum. Que se conheça, o único projecto é o de agradar aos sogros, com qualquer política.

Há muita gente do PSD nos Açores que está próxima do PS, que não votará nesta coligação com o PP e há muitos eleitores do PP que não se esquecem do que foi o PSD no Governo Regional e da perseguição que este lhes fazia.

Tem afirmado que a coligação do PS é com os açorianos. Quer explicar melhor esta ideia?

O PS/Açores é, hoje, uma força de atracção política central na vida política açoriana. Ainda na semana passada, realizámos um jantar-convívio na ilha de S. Jorge com 700 pessoas presentes, onde estavam muitos antigos candidatos e simpatizantes do PP e do PSD.

O nosso projecto governativo encontra uma sustentação que, em termos de recursos humanos, vai muito para além do PS. Fazemos sempre um grande esforço para termos colaboradores, cuja competência e isenção sejam factores determinantes de recrutamento. Toda a nossa política social

e económica é gerada ou reelaborada, e na maior parte dos casos executada, em parceria com instituições e associações privadas, o que reforça a proximidade democrática e a eficiência da acção governativa.

Nos Açores, foi abolida a discriminação partidária. Quem quer colaborar, colabora. Quem tem direito, obtém. Quem protesta, é ouvido. Quem tem razões de queixa, é atendido.

Pode-se dizer, nesse sentido, que os açorianos têm uma influência diária na política governativa, muito acima do que acontece em outros lugares. Sabem, também, que não trocamos a defesa da Região ou das suas aspirações por nenhuma conveniência de ordem partidária. Sabem que as pessoas do partido não são mais importantes que o partido das pessoas.

Assim, nas nossas ilhas, quando dizemos que vivemos e concorremos em coligação com os açorianos, todos nós percebemos o que queremos dizer.

O sistema eleitoral da Região Autónoma dos Açores pode originar um resultado perverso. De que forma é que se pode combater essa eventualidade?

O PS tem um honroso património, nestes sete anos e meio de mandato, em que produziu reformas legislativas de grande profundidade em quase todos os sectores que integram as competências regionais. Já em 2001, o PS/Açores fez aprovar no parlamento açoriano uma Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Eleitoral. Em Junho de 2003, por unanimidade, o parlamento aprovou uma resolução que atribui àquela comissão, entre outras funções, a de elaboração de uma proposta de revisão da Constituição da República, visando a consagração constitucional de uma reserva de iniciativa originária das Assembleias Legislativas Regionais quanto aos

procedimentos de aprovação ou de alteração das normas relativas à eleição de deputados regionais. Isto, porque a comissão havia concluído que, sem revisão da Constituição, não deveria haver revisão do sistema eleitoral.

De novo, o PS tomou a dianteira e abriu o processo de revisão constitucional no tocante às regiões autónomas, o qual pode ser concluído rapidamente. Paralelamente, o PS toma também a dianteira e apresenta uma proposta nos Açores de revisão da lei eleitoral. O PS e o PCP votam a favor e o PP e PSD optam pela abstenção, dizendo concordar com o projecto mas não com a oportunidade imediata da revisão por estarmos a nove ou 10 meses das eleições. O argumento do PSD e do PP é ridículo, porque as alterações não são profundas e radicam-se, essencialmente, na criação de um círculo regional de compensação com um número de cinco mandatos, melhorando-se a proporcionalidade e garantindo-se que o partido que tem mais votos tenha mais mandatos. Ora, não é essa alteração que muda as "regras do jogo" de preparação pelos partidos das listas de candidatos. Fundamentalmente, o que o PSD e o PP não querem é disputar uma eleição num quadro legislativo que não seja da sua iniciativa.

O pior é que continuaremos com um sistema muito imperfeito, porventura inconstitucional e susceptível de ocasionar distorções que podem atrair a vontade popular manifestada nas eleições.

Seja como for, tenho uma profunda convicção que, com a actual ou aquela proposta de lei eleitoral, o PS vencerá as próximas eleições e continuará a governar os Açores.

Do conjunto da obra realizada, o que valoriza mais destes anos à frente do Governo Regional dos Açores?

Na verdade, nem tudo o que pensávamos fazer foi feito. Dizemo-lo, honestamente. Aqui ou ali, não foi possível, nem o será

Nos Açores, foi abolida a discriminação partidária. Quem quer colaborar, colabora.

até Outubro de 2004, ora por nos faltar o dinheiro para o efeito — já que nos vimos impedidos de recorrer aos empréstimos programados — ora porque o tempo e a evolução da situação social e económica nos exigiram outras prioridades, ora porque tivemos que investir, em percentagem significativa, na recuperação de situações pré-existentes que foram afectadas por sucessivas calamidades naturais.

Os açorianos, porém, sabem muito bem o que tinham e a Região que agora têm.

São os casos dos pescadores, que passaram a ser alvo de uma formação profissional e uma protecção social adequadas; dos agricultores, que passaram a ter as suas produções pagas a tempo e horas, renovada toda a sua indústria transformadora e construída uma rede de abate de animais nas nove ilhas; do acesso à saúde, onde passámos a ter mais 105 médicos e 247 enfermeiros, passando a fazer deslocar às ilhas sem hospital com regularidade médicos especialistas num enorme benefício para essas populações.

Temos orgulho na política social que desenvolvemos. Quando chegámos ao Governo havia 28 ATLS e agora temos 87, aumentámos em 65,08 por cento a capacidade dos Acolhimentos para os Sem Abrigo, encontramos zero Centros de Acolhimento Temporário de Crianças e criámos sete, triplicámos o número de Centros de Actividades Ocupacionais, passámos de 44 para 114 Centros de Convívio para Idosos, de 19 para 42 creches, de zero para duas enfermarias de

retaguarda, de zero para quatro residências para deficientes, de 33 para 85 serviços de apoio domiciliário.

Quando chegámos ao Governo encontramos a generalidade das escolas em estado degradante e pagámos às autarquias para recuperarem a sua maioria no caso do 1º ciclo, e construímos, remodelámos, ampliámos e adaptámos dezenas de outras por todas as ilhas. Em 1996, havia no 3º ciclo e secundário um professor por cada 11 alunos, agora há um para cada nove. Havia 21,9 por cento das crianças com três anos no pré-escolar, agora há 40,3, 55 por cento com quatro anos e agora há 73,3 e 91 por cento com cinco anos e agora estão 100 por cento. Havia cinco escolas profissionais e agora há 18. Mais de 7.000 jovens frequentam o ensino profissional, quando em 1996 havia cerca de 400.

No sector do ambiente, o estado ainda era pior. Nem um plano especial ou estratégico. 15 lixeiras, que vamos reduzir a um em 2004. Zero na promoção da exportação de resíduos, zero de número de eco-escolas, quando já vamos em 40 com 4 mil alunos. Zero em número de ecotecas, para cerca de 15 mil frequentadores, que alcançaremos em 2004. 34 áreas protegidas em 1996 para 69 em meados do próximo ano.

Ainda há três ou quatro anos o PSD considerava um desperdício exótico o nosso investimento na sociedade da informação. Agora temos milhares de jovens em Centros de Informação e Clubes Informáticos criados pelo Governo Regional.

Nos governos do PSD construíam-se 117 habitações apoiadas por ano, quando conosco a média subiu para mais do dobro. Quando o PS foi para o governo havia zero Planos Municipais de Emergência para Catástrofes e agora há 18. Em vinte anos de Governo, o PSD fez 140 km de estrada de asfalto betuminoso, e, nós, em apenas oito, interviemos em 450. Consumia-se, em média, 181 mil

toneladas/ano de cimento, e entre 97 e 2003, 296 mil toneladas.

E no que se refere à economia açoriana?

Quando o PS entrou para o Governo a tarifa

partir de 1999 mais do que a média de crescimento do nosso país. Estamos a convergir com a média nacional.

Com uma enorme estabilidade social, soubemos libertar o sector privado e inculcá-lhe confiança.

Quais as principais linhas-força do programa do PS para o próximo mandato?

Inserem-se, predominantemente, nas áreas que lhe referi. Com elas, queremos conciliar uma maior sustentação,

reforçar a nossa intuição e a nossa elaboração construtiva, procurar interlocutores e colaboradores que nos tragam o que é novo. Isso não é possível confinando a nossa sede de participação aos militantes e às estruturas partidárias. É preciso romper com esse protocolo do circuito partidário, porque, raramente, os aparelhos partidários são um espelho do País.

Acha, por exemplo, que, se o PS elaborar a sua próxima lista de candidatos ao Parlamento Europeu segundo essa lógica interna corporativa e satisfazendo tão-só os desejos de dirigentes que querem mudar de vida ou continuar na vida que têm, vamos ter sucesso? Eu, acho que não! Se essas pessoas não tiverem aquela disponibilidade cívica, de que falei há

constitucional das regiões autónomas, liderando corajosamente o processo. Ferro Rodrigues, António Costa e Alberto Martins, entre outros, foram muito importantes na compreensão dessa emergência.

Com a nossa proposta de revisão – e se ele tiver vencimento – minimizam-se as indefinições na divisão actual de competências entre os órgãos de soberania e os órgãos regionais, num grande contributo para a desconflitualização dessa dinâmica de relacionamento e para a maioridade política dessas realidades no contexto nacional. Por outro lado, cria-se a figura do Representante Especial da República, que substitui o Ministro da República, com funções para-presidenciais e desgovernamentalizadas. Introduzem-se outros aperfeiçoamentos técnicos.

Penso que devemos também aproveitar esta revisão constitucional para fazer abrir a possibilidade de um círculo de emigração nas eleições regionais. As reservas que conheço sobre o assunto são preconceituosas e não têm em conta o peso do fenómeno emigratório nas histórias insulares, inclusive na época contemporânea em que os emigrantes de primeira geração são muito mais que os açorianos ou os madeirenses residentes nos arquipélagos

Ferro Rodrigues tem, sobretudo nos últimos meses, impulsionado a imagem desse partido proponente e politicamente alternativo.



de transporte aéreo para residente entre os Açores e Lisboa era 92 euros mais cara do que é hoje, e entre Ponta Delgada e Horta mais 47 euros. O preço da electricidade era 36 por cento mais caro que no Continente e agora a diferença é de apenas 2 por cento. Todo o transporte marítimo de contentores diminuiu o seu preço entre 23 e 50 por cento e o movimento de mercadorias subiu 62 por cento.

Com o PSD, entre 1992 e 1997, os Açores cresceram apenas 6 por cento em número de dormidas de turistas. Com o Governo do PS, entre 1997 e 2002 crescemos 88,2 por cento. O movimento de passageiros de transportes marítimos entre ilhas passou de 270 mil para cerca de 460 mil pessoas, e o de passageiros nos aeroportos aumentou 41 por cento. Os incentivos à iniciativa privada cresceram, com o meu governo, 131 por cento.

Quando o PSD saiu do Governo havia uma taxa de desemprego de 7,9 por cento. Com o Governo do PS nos últimos 17 trimestres, o desemprego foi sempre inferior a 4 por cento e nos últimos 12 trimestres a 3 por cento, e esperamos que preserve a mesma tendência, mercê da criação de milhares de postos de trabalho.

Com o Governo do PS subiu a taxa de actividade, e, embora a das mulheres ainda seja baixa, em 1996, no escalão mais jovem, era de 13,7 por cento e agora é de 31,6. Quando o PS entrou para o Governo, em termos do rendimento primário das famílias estávamos em último, a três pontos do Alentejo e Centro e a quatro do Norte. Em 2000 estávamos já em 4º, em igualdade com o Norte e o Centro e ultrapassado o Alentejo. No chamado rendimento disponível das famílias, em 1996 estávamos também em último lugar, a seis pontos do Norte e a oito do Alentejo. Em 2000 deixámos de ser os últimos, igualando o Norte, e, embora com maior valor absoluto, apenas a dois pontos do Alentejo. Em termos de Produto Interno Bruto temos vindo sempre a crescer, e a

Com um enorme cuidado, apostando no investimento e na contenção das despesas menos necessárias, apesar do endividamento zero que o Governo da República nos impôs nos últimos dois anos, temos conseguido escapar aos efeitos desastrosos da crise provocada pela política nacional no Continente.

Acho que os socialistas, em todo o país, têm razões para se orgulharem do nosso trabalho.

Tendo em vista o desenvolvimento da sua região, quais os principais problemas a superar?

Penso que, em termos de enquadramento, é essencial manter a tendência de diminuição do peso do agregado das despesas correntes no orçamento da região, vigiar constantemente o estado das nossas finanças públicas, aproveitar todos os financiamentos europeus e tirar partido da nossa condição europeia de região ultraperiférica.

A grande aposta que estamos a fazer na educação e na formação profissional não pode abrandar. Temos que aumentar o investimento público direccionado para o apoio à economia e aos sobrecustos das acessibilidades, evitando as consequências mais nefastas de importação da crise do Continente – nosso principal mercado de referência – e protegendo o emprego e o rendimento das famílias, consolidando os novos sectores, como o turismo, e iniciando as bases de um terceiro pilar da nossa sustentabilidade, procurando o investimento externo e áreas de excelência, diversificação e valorização. Temos que manter e reforçar as medidas na área social, que facilitem o acesso à saúde, protegendo cada vez mais os idosos, as crianças em risco, as pessoas com deficiência, as famílias sem habitação e ajudando as que ainda não se libertaram da pobreza.

competitividade, taxa de actividade, produtividade e qualidade na economia, e emprego, qualificação e protecção social entre as pessoas. Só é possível realizar com perenidade esses objectivos, conjuntamente.

Não nos esqueçamos, porém, que para além da distância, isolamento e dispersão que nos penalizam, fomos, durante séculos, abandonados e desprezados pela administração central. E, mesmo hoje, essa genética centralizadora continua a caracterizar muitos sinais e atitudes nos ambientes nacionais de decisão.

Como explica o amplo recrutamento de personalidades para as fileiras do PS ocorrido no último Congresso?

Se queremos ganhar no futuro temos que o antecipar no PS. Temos hoje uma maioria de dirigentes eleitos no último Congresso com idades entre os 25 e os 40 anos, e muitas pessoas que aderiram recentemente ao PS. Para esses entrarem foi preciso outros saírem, e nenhum dos que saíram o fez sob protesto. O PS/Açores evidenciou uma impressionante maioria cívica, visto que, não é fácil, através de votações secretas quase unânimes, operar uma renovação dirigente superior a 60 por cento. Este último Congresso mostrou que teremos um PS nos Açores muito forte nos próximos anos. Fico, aliás, feliz por isso, já que sou candidato, pela última vez, a mais um mandato como presidente do Governo e presidente do partido.

De que forma esta abertura à sociedade civil pode ajudar o PS a consolidar a sua base eleitoral?

Não vejo como um partido enclausurado em debates viciosos nas suas sedes, e sempre entre os mesmos, possa resistir à mudança permanente que se vive no seu exterior, compreendê-la ou dar-lhe respostas. Nem no poder, nem na oposição. Temos que falar com as

competitividade, taxa de actividade, produtividade e qualidade na economia, e emprego, qualificação e protecção social entre as pessoas. Só é possível realizar com perenidade esses objectivos, conjuntamente.

Não nos esqueçamos, porém, que para além da distância, isolamento e dispersão que nos penalizam, fomos, durante séculos, abandonados e desprezados pela administração central. E, mesmo hoje, essa genética centralizadora continua a caracterizar muitos sinais e atitudes nos ambientes nacionais de decisão.

Como vê a actual situação do PS a nível nacional?

Depois de todos os problemas que surgiram e dos erros cometidos a partir desses contextos, creio que a direcção do PS corrigiu, em parte, um percurso desgastante em que se atolava e isolava. Creio, também, que se aproximou mais do país real. Dirigindo, embora, um partido actualmente fora do Governo, é preciso acentuar mais junto dos portugueses o retrato da forma como o PS faria se estivesse no Governo e acentuar menos a oposição a aspectos que sejam de menor importância na actuação do governo em funções. Compete mais ao PS provar que será um bom governo do que demonstrar que o actual é mau. Penso que Ferro Rodrigues tem, sobretudo nos últimos meses, impulsionado a imagem desse partido proponente e politicamente alternativo. Noto esse esforço.

O "cirúrgico" projecto de revisão constitucional apresentado pelo PS circunscreve-se praticamente às atribuições e competências das regiões autónomas. Quais as vantagens do modelo proposto?

Foi honroso para nós, socialistas dos Açores e da Madeira, que todo o partido tivesse assumido a importância de aprofundar e clarificar o ordenamento

O que espera da futura Constituição europeia, tendo presente o estatuto ultraperiférico do arquipélago?

Espero a consagração da ultraperiferia em termos semelhantes aos actualmente consagrados no Tratado em vigor, individualizando a sua especificidade, definindo os instrumentos jurídicos de modulação a essas regiões das políticas comuns e reforçando a sua discriminação positiva no contexto europeu. Os nossos representantes socialistas na Convenção sobre o Futuro da Europa e os comissários Vitorino e Barnier fizeram um excelente trabalho preparatório da boa solução que aguardamos.

Porém, a verdade é que, se os países mais ricos se opuserem a um reforço da sua contribuição para o orçamento europeu, as regiões ultraperiféricas, e, em especial, as regiões menos desenvolvidas, serão fortemente afectadas pelas perspectivas financeiras da política regional na sequência do alargamento. Ora, a política de coesão social e territorial, e, agora, a política de segurança e defesa europeias, são pilares insubstituíveis da construção da unidade europeia. Sem elas, o ideal europeu será um farrapo.

A partir dos açores, qual a leitura que faz à actuação do Governo PSD/PP?

A de um governo que sacrifica os portugueses, abandona as regiões mais desfavorecidas, desencoraja os empresários, assusta os consumidores, destrói a segurança social, desperdiça fundos comunitários, e, mesmo assim, não consegue resultados sustentados e estruturais na redução do défice. Noutro plano, e, desde o V Governo Provisório, o governo mais persecutoramente partidário de sempre.

Creio que é suficiente, não é?! Naturalmente que também tem áreas sectoriais onde as coisas correm melhor... Há ministros com os quais os Açores têm um bom relacionamento.

SANÇÃO E DISSUAÇÃO

É perfeitamente legítimo que os partidos da oposição (e em especial o PS enquanto verdadeira alternativa) confrontem o Governo com a falência das suas políticas e com os mínguaos resultados obtidos através da aplicação dessas políticas.

“O voto das regionais deve ajudar a libertar o país da maldição de 2002”

Este desejo (orientação) foi recentemente formulado por Jack Lang, porta-voz da campanha do Partido Socialista francês para as próximas eleições regionais.

Os cidadãos franceses terão, no próximo mês de Março, uma oportunidade única de exprimir a sua recusa pela política económica e social que tem sido aplicada em França, sancionando-a como merece, mas terão, sobretudo, uma oportunidade excelente para dissuadir o Governo francês, no seu objectivo de dismantelar ou pelo menos fragilizar a natureza da estrutura social do país.

O voto nas próximas eleições regionais francesas terá, pois, para os socialistas, a dupla natureza de sanção e dissuasão.

É curioso como esta doutrina é, facilmente, aplicável em Portugal nas próximas eleições europeias.

É verdade que os políticos portugueses não se podem dar ao luxo de desperdiçar a próxima oportunidade eleitoral, para definirem, apresentarem e defenderem as suas ideias para a Europa.

É uma exigência que decorre da particular situação que se vive na União Europeia e que se reforça com a convicção da inexistência de verdadeiras alternativas políticas para Portugal fora do contexto europeu.

Como os últimos tempos o têm demonstrado o destino/futuro de Portugal não é independente da Europa e, sobretudo, não é autónomo do nível de progresso, crescimento e coesão que a economia europeia atravessa.

É também uma exigência que deve decorrer da especificidade destas eleições (respeitada em todos os países da Europa) que deveriam privilegiar a pedagogia da cultura europeia e a informação aos cidadãos que garantem uma verdadeira cooperação/integração das políticas nacionais.

Só que esta atitude não é incompatível, nem contraditória, com a definição de uma agenda política eleitoral que permita colocar, desde já, o eleitorado nacional perante opções e avaliações a que não poderá fugir nas legislativas de 2006.

Por isso é perfeitamente legítimo que os partidos da oposição (e em especial o PS enquanto verdadeira alternativa) confrontem o Governo com a falência das suas políticas e com os mínguaos resultados obtidos através da aplicação dessas políticas.

Tem sido, de resto, esta a agenda política, presente quer nos discursos do Presidente da República, quer nas recentes avaliações do Banco Central ou nos debates políticos realizados no Parlamento.

No actual contexto, os consensos, à volta de políticas estruturais, podem esperar, até porque ninguém se preocupou com eles durante os últimos dois anos da governação.

O Executivo tem governado o País numa atitude de confronto permanente com as opções políticas que o precederam e, pior que isso, em ruptura absoluta com os princípios de justiça social, equidade fiscal e estabilidade, que progressivamente foram adquiridos pela sociedade portuguesa.

O pretexto foi, como bem se sabe, o do desequilíbrio das finanças públicas e foi este pretexto que esteve na base de uma das operações de propaganda mais devastadoras do prestígio de Portugal na União.

O Governo ganhou transitoriamente uma “justificação” para os seus actos mas perdeu, em boa medida, a capacidade para gerar “os tais” consensos nacionais de que precisa.

Acresce que a proclamada estabilidade financeira e orçamental é, cada vez mais, um mito e uma impossibilidade a não ser através da imposição de sacrifícios insuportáveis.

O recente discurso do Presidente da República sobre a situação económica e financeira do País não poderia ser mais claro e nem a sua imediata canibalização pelo Governo pode ocultar a gravidade dos juízos formulados. O verdadeiro desafio nacional é pois dirigido ao Governo e é o Governo que tem a responsabilidade de encontrar as soluções para esse desafio.

Desde logo explicando o que fez e o que quer continuar a fazer. Tal como em França, espera-se que, em Portugal, os eleitores expressem com força a sua sanção e utilizem o próximo voto como uma verdadeira dissuasão.



MANUEL DOS SANTOS

Visto de Bruxelas

PS DEBATE O FUTURO DA EUROPA DE NORTE A SUL DO PAÍS

No âmbito da preparação da Convenção Nacional do PS dedicada às eleições europeias e do arranque para a campanha eleitoral, o partido está a organizar um vasto conjunto de iniciativas por todo o País (Peso da Régua, Braga, Lisboa, Vila Real, Beja), designadamente debates sobre as diversas questões relacionadas com o futuro da Europa, como a Constituição e a reforma das instituições, as modificações nos Fundos Estruturais e as próximas perspectivas financeiras. Estas iniciativas contarão com a presença de inúmeros dirigentes do PS, deputados europeus e do Parlamento nacional e de outras personalidades.

Entretanto, e sem contar com inúmeros debates que já se realizaram, o PS tem já marcadas diversas iniciativas até ao dia Convenção. Ontem, realizou-se no Centro Jean Monnet um colóquio moderado por António Perez Metello, cujo tema era “Por uma Constituição para a Europa – A Governação Económica”. O debate teve como oradores Guilherme d'Oliveira Martins e representantes de outros partidos, como Octávio Teixeira e António Lobo Xavier. Nos dias 30 e 31 realiza-se em Braga um debate sobre o futuro da política regional europeia e o próximo Quadro Comunitário de Apoio, que vigorará a partir de 2007.

A igualdade entre homens e mulheres na Europa é o tema do debate do dia 5 que se realiza no auditório do edifício

novos da Assembleia da República. Participam os eurodeputados Sérgio Sousa Pinto e Britta Thomsen (Dinamarca) e a escritora Leonor Xavier. No dia 6 de Fevereiro, no auditório do Teatro Municipal de Aljô, em Vila Real, Ana Gomes participará numa conferência sobre os direitos dos cidadãos no Tratado Constitucional da União Europeia.

Em 7 de Fevereiro, em Beja, a discussão será sobre os desafios de Portugal no contexto do alargamento e contará com a presença do eurodeputado Mário Soares, do Secretário Nacional para a Organização, Vieira da Silva, da deputada Elisa Ferreira, de Carlos Lage e de Helena Torres Marques, do presidente da Federação do Baixo Alentejo, Luís Pita Ameixa, e ainda de Bento Rosado, ex-gestor do Quadro Comunitário de Apoio.

Integração é mais do que o livre comércio

“O Futuro da Europa – Um debate que urge”, foi o tema que animou a discussão que se realizou no passado dia 16 em Vila Real, que contou com a presença do eurodeputado Carlos Lage, dos deputados Alberto Costa e Ascenso Simões, do presidente da Câmara de Peso da Régua, Vítor Almeida, entre outros.

Carlos Lage defendeu que o tecto orçamental numa União Europeia

alargada não deve ser inferior a 1,27 por cento do PIB comunitário, questão crucial e que pode determinar o sucesso do alargamento.

Integrar mais dez Estados-membros reduzindo o tecto das perspectivas financeiras, pode, na opinião do eurodeputado, pôr em causa a coesão económica e social, aumentando a disparidade entre os Estados mais ricos e os menos desenvolvidos e criar tensão no seio dos 25. “Este alargamento, mais do que nenhum outro, exige um aprofundamento da própria integração, para que a Europa não seja um mero espaço de livre comércio”, afirmou.

Por sua vez, o deputado Alberto Costa, que abordou questões relativas ao projecto de Constituição, considerou que a Europa não é apenas um fenómeno de Fundos Estruturais, mas também uma questão de direitos individuais e colectivos fiscalizados por órgãos de poder.

Outros oradores interrogaram-se sobre a posição do nosso país numa União alargada no que respeita aos fundos comunitários, ainda essenciais para promover o desenvolvimento do nosso país.

Nas conclusões, Ascenso Simões sublinhou a importância de manter a coesão entre as regiões da União Europeia sempre que se tomam decisões importantes, como será o caso da aprovação do projecto de Tratado Constitucional.

R.P.

MANUEL DOS SANTOS

APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE RISCO CARECEM DE REGIME JURÍDICO

A União Europeia precisa preencher o actual vazio legislativo que existe em termos de investimentos de particulares em certas aplicações e produtos financeiros de risco, afirmou o eurodeputado Manuel dos Santos, na última sessão plenária do Parlamento Europeu, na discussão de um relatório sobre aquela matéria.

O eurodeputado afirma que a ausência de regras neste domínio tem dois tipos de consequências que urge ultrapassar. Por um lado, tem havido um prejuízo evidente para a União Europeia em virtude da crescente domicilição daquelas

aplicações em *off-shores*. Por outro, na medida em que comporta riscos acrescidos para os investidores mais desprotegidos.

É por estas razões que Manuel dos Santos afirma a necessidade de se preencher o vazio legislativo que existe naquele âmbito, procurando a harmonização dos regimes jurídicos, subordinando-os ao interesse europeu.

Segundo afirma, estamos perante “formas inovadoras de investimento e com vantagens muito atraentes, o que significa que serão bem acolhidas e incentivadas

pelo mercado”, encontrando-se já alguns Estados-membros a preparar o seu próprio regime jurídico de acolhimento para tais aplicações”.

O eurodeputado considerou ainda ser imprescindível desenvolver um regime regulamentar para os instrumentos financeiros derivados, que forneça “incentivos e maior segurança aos investidores”. Na sua opinião, é precisamente a falta de certeza jurídica que tem conduzido a uma difícil utilização do mercado de derivados em alguns países da União.

TORRES MARQUES ACOMPANHA PAGAMENTOS NO MERCADO INTERNO

O Grupo do PSE nomeou a eurodeputada Helena Torres Marques responsável pelo acompanhamento do relatório “O Novo Quadro Jurídico Relativo aos Pagamentos no Mercado Interno”.

A matéria diz respeito à criação de legislação que irá permitir a existência de uma verdadeira área integrada de pagamentos

na Zona Euro, com todas as vantagens daí decorrentes para particulares e empresas. Actualmente, e apesar de já haver um Regulamento sobre pagamentos transfronteiriços em euros, continuam a verificar-se alguns obstáculos técnicos e jurídicos que fazem com que as transacções que não em numário sejam

relativamente onerosas ou pouco eficientes para os agentes económicos. Entre os objectivos da legislação em preparação está a necessidade de se ultrapassarem essas deficiências e assegurar a igualdade de concorrência nos pagamentos e uma protecção adequada dos utilizadores.

PEC

RECURSO AO TRIBUNAL COLOCA COMISSÃO EM TERRENOS PERIGOSOS

"Formalmente correcta, mas politicamente perigosa", é como o eurodeputado socialista Manuel dos Santos classifica a decisão da Comissão Europeia de recorrer ao Tribunal de Justiça sobre a suspensão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, para que sejam aplicadas sanções à França e à Alemanha.

A decisão foi polémica e não colheu a unanimidade dos comissários, tendo inclusivamente António Vitorino manifestado as suas reservas relativamente à decisão da Comissão Europeia de entrar num braço de ferro com o Conselho, cujos ministros das Finanças decidiram não abrir o processo de sanções àqueles dois países.

Manuel dos Santos considera que, não obstante a Comissão ser a guardiã dos tratados e estando convencida que foi cometida uma violação, deve, todavia, "avaliar a consistência da argumentação jurídica de que dispõe, que aparentemente é frágil, e as consequências políticas da sua decisão para o futuro relacionamento político com o Conselho".

De resto, a própria Comissão não quis, apesar da sua decisão, esticar demasiado a corda, e esclareceu que a queixa que apresentou ao Tribunal de Justiça diz respeito apenas aos aspectos proces-



suais da decisão tomada pelos ministros das Finanças.

O eurodeputado Manuel dos Santos considera que a suspensão e a reavaliação do PEC é "necessária e indispensável nas circunstâncias actuais", embora alerte para o facto de ser agora necessário ver também se a decisão de recurso tomada não irá prejudicar o entendimento entre as instituições comunitárias para que se introduzam as mudanças adequadas.

Neste sentido, afirma que a governação económica da Europa "não pode nem deve depender de uma qualquer decisão

judicial, ainda por cima intempestiva e sem eficácia real".

Refira-se que esta tensão entre a Comissão e o Conselho surge num contexto em que o PEC tem sido posto em causa por inúmeros economistas, Governos, partidos políticos e outros organismos, que defendem a sua reforma. Também o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, considera que não se deve acabar com o PEC, mas sim torná-lo mais flexível e adequado aos ciclos económicos recessivos, isto é, expurgando-o da sua rigidez enquanto elemento travão do crescimento.

A Comissão Europeia divulgou na semana passada um comunicado em que anuncia para breve "uma iniciativa que pode levar à modificação dos regulamentos que constituem o PEC".

Entre as alterações previstas está o reforço da importância do critério da dívida pública em detrimento do défice orçamental, evitando assim que países como a Bélgica ou a Itália que têm uma dívida astronómica, sejam considerados cumpridores.

Entretanto, os ministros das Finanças da França e da Alemanha criticaram a acção da Comissão Europeia e declararam que não aceitam uma revisão do PEC enquanto o Tribunal de Justiça estiver a analisar o recurso. **PP.**

LUÍS MARINHO

UNIÃO APERTA MALHA NO COMBATE À POLUIÇÃO MARÍTIMA

O combate à poluição marítima provocada por navios está mais eficaz na sequência da aplicação da Directiva sobre a aplicação de sanções penais aos crimes de poluição marítima e da Decisão-Quadro do Conselho que reforça a repressão sobre este tipo de crimes, bem como da criação da Agência Europeia de Segurança Marítima, que será instalada em Portugal. Numa intervenção feita no plenário de Estrasburgo, o eurodeputado socialista Luís Marinho explicou que as propostas legislativas em debate têm por objectivo harmonizar sanções penais e alargar o universo de responsabilidade a situações e pessoas jurídicas que dela estavam isentas, por força de algumas convenções de direito internacional.

Luís Marinho destacou o facto do Conselho ter incluído na nova legislação algumas das soluções defendidas pelo Parlamento Europeu, designadamente a necessidade de alargar o âmbito da responsabilidade penal a comportamentos dos quais resultem danos substanciais para as pessoas e de estender a responsabilidade dos infractores aos danos substanciais no ambiente protegido.

O eurodeputado interveio também na discussão do relatório sobre o enquadramento das agências europeias de regulamentação, estruturas que acompanham a função executiva comunitária.



PAULO CASACA

EXECUTIVO DEVE IR MAIS LONGE NA CORREÇÃO DAS FALHAS NOS SERVIÇOS

As medidas de correcção da Comissão Europeia relativamente aos principais erros e falhas detectadas no caso EUROSTAT são globalmente positivas, mas há ainda serviços a merecerem um apuramento de responsabilidades, como é o caso do EuropAid e dos Serviços de Publicações, afirmou o eurodeputado Paulo Casaca a propósito do seu relatório aprovado na Comissão do Controlo Orçamental do Parlamento Europeu.

No documento, o eurodeputado refere serem ainda merecedoras da atenção da Comissão Europeia questões como a "falta de transparência que caracteriza os sistemas de ajudas à exportação (no âmbito da Política Agrícola Comum) e facto de não ter sido empreendida qualquer acção contra a adulteração de manteiga e de outros produtos lácteos, praticada 'em grande escala' por algumas empresas da União.

ENCONTRO HISTÓRICO PARA RESOLVER CONFLITO ENTRE A ÍNDIA E CACHEMIRA

O encontro entre o vice-primeiro ministro da Índia e representantes separatistas de Cachemira que na semana passada decorreu em Bruxelas, tem "uma importância histórica" no âmbito da discussão de novas soluções para a resolução de um conflito que dura há cinco décadas e já vitimou mais de 65 mil pessoas.

As declarações foram feitas pela eurodeputada socialista Maria Carrilho, presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a Índia e a Ásia do Sul, à margem de uma Conferência sobre a recente Cimeira de Islamabad, promovida pela Associação para a Cooperação Regional naquela região.

"Processos de grande alcance geo-estratégico estão a tomar forma na Ásia do Sul, nomeadamente em relação ao conflito de Cachemira", afirmou a eurodeputada.

IV FÓRUM SOCIAL MUNDIAL NA ÍNDIA

A FESTA DOS POBRES QUE NÃO QUEREM SER EXCLUÍDOS

O IV Fórum Social Mundial foi "a festa dos que são pobres, mas não querem ser excluídos", afirmou o presidente da Internacional Socialista (IS), António Guterres, na reunião daquela organização que decorreu em Mumbai (Bombaim), na Índia.

Ao longo dos quatro dias em que participou no Fórum, Guterres defendeu a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, debateu a Iniciativa de Helsínquia sobre o diálogo Norte-Sul e participou numa mesa redonda sobre o aprofundamento da democracia à escala global.

A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas esteve no centro das suas intervenções, tendo anunciado que até final do ano, a Internacional Socialista apresentará uma proposta de alteração ao modo de funcionamento e arquitectura da ONU.

O presidente da IS considerou necessário proceder-se à revisão da constituição do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nomeadamente abrindo-o a outros países, como o Brasil e a Índia. Defendeu também a necessidade de se repensar o direito de veto, porque "não faz sentido usá-lo por tudo e por nada", devendo definir-se áreas em que ele não pode ser exercido, como em casos de genocídio. Na sua opinião, é fundamental que se



melhore a transparência do funcionamento da ONU, incluindo as relações com os parlamentos nacionais, e se crie uma força permanente para intervir em caso de necessidade.

António Guterres defendeu a introdução de mudanças no sistema de governo mundial, de forma a transformar a globalização uma oportunidade para todos.

Outro dos participantes no Fórum Social Mundial foi o ex-prémio Nobel da Economia e antigo presidente do Banco Mundial, o norte-americano Joseph Stiglitz, que considerou necessário "reforçar a protecção social, que não figura

na ordem do dia dos que falam de reformas económicas", e acusou os tecnocratas das instituições internacionais de ignorarem as pessoas e as suas dificuldades.

Este Fórum Social Mundial, que teve a participação de milhares de pessoas, foi considerado um dos mais completos realizados até agora. Os dois anteriores decorreram em Porto Alegre, no Brasil.

O Grupo Socialista do Parlamento Europeu esteve representado com uma delegação chefiada por Bâron Crespo, da qual fazia parte o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto.

REGIONALIZAÇÃO ENCAPOTADA

GOVERNO CRIOU MONSTRO POLÍTICO

O conjunto desconexo de diplomas aprovados pelo Governo em matéria de organização do território é um "monstro político". A acusação partiu de Ascenso Simões e foi proferida, no Parlamento, no dia 14, durante o período de antes da ordem do dia.

Numa duríssima declaração política, o deputado eleito por Vila Real considerou que o executivo devia estar "proibido de usar" as palavras "descentralização" e "defesa do interior", já que as mesmas consubstanciam um "embuste" e uma "provocação".

Ao actual modelo que se pretende implementar, o presidente da Federação vilarealense do PS contrapôs uma alternativa.

"Queremos áreas metropolitanas e comunidades com legitimidade política, com responsabilização perante os objectivos, com capacidade para determinar políticas territoriais que não sejam a mera soma de vontades desencontradas", exigiu, acrescentando que é urgente conceber um plano de organização e desenvolvimento para o interior alternativo.

O presente modelo das comunidades urbanas, acusa, "não tem um único defensor no campo das personalidades que pensam o território, não suscita um único apoio nos desapaixonados académicos que estudam economia regional, não recruta simpatias no universo das forças vivas locais".

Assim, o PS considera que o novo modelo da maioria "é um brinquedo nas mãos de gente incompetente que trará a Portugal novos problemas e descredibilizará a política e as instituições".

Ascenso Simões acusou ainda o primeiro-ministro de tentar enganar os portugueses porque, enquanto anda pelo País apregoando em descentralização e defesa do interior, o Governo usa precisamente estratégias contrárias a esse fim.

"Se olharmos o investimento público concretizado nos últimos dois anos constatamos que, para além do decréscimo no todo nacional, os distritos do interior foram duplamente prejudicados — mais 17 por cento de diminuição relativamente à média", sublinhou.

EXEMPLOS DE DESLEIXO E ABANDONO DO INTERIOR

1. Escola Superior de Ciências Empresariais de Valença parada
2. Itinerário Principal n.º 4 aguarda concretização
3. Bibliotecas de Terras do Bouro e Vieira do Minho continua à espera
4. Parque do Alto Tâmega sem defensores no Executivo
5. Escola Superior Agrária de Viseu saiu do mapa dos investimentos
6. Apoio às Redes Sociais em lista de espera
7. Emparelamento do Baixo Mondego em completa letargia
8. Acção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior continua por desenvolver
9. Companhia das Lezírias dá lugar a obsessões especulativas
10. Aeroporto de Beja espera que o Governo se entenda
11. Ponte Internacional entre Alcoutim e San Lucar desapareceu do Interreg
12. Hospital Santiago do Cacém aguarda há dois anos concurso para um posto de transformação de energia.

FLORESTAS

DIPLOMAS SOCIALISTAS CORPORIZAM REFORMA SÉRIA

Depois da catástrofe que vitimou 20 pessoas no Verão passado e causou incalculáveis prejuízos que jamais serão ressarcidos, a principal prioridade do Governo parece residir na satisfação das reivindicações corporativas do sector florestal do Ministério da Agricultura, duplicando estruturas, meios e custos e restaurando as mordomias perdidas de alguns funcionários, em total incoerência com a manutenção do modelo organizativo do Ministério para as áreas não florestais.

Face ao immobilismo governativo, os socialistas avançam com propostas. A bancada do PS apresenta, hoje, no Parlamento, um conjunto de diplomas que corporizam sérias e importantes reformas para a floresta portuguesa, a pensar no futuro e num momento em que está ainda bem presente nas memórias da vaga de incêndios que devastou o País em 2003.

Capoulas Santos será o deputado que, em nome da bancada socialista, proporrá a criação de uma Agência Gestora da Floresta Nacional para as zonas de minifúndio, de um Fundo de Reconversão Florestal dotado por receitas provenientes das indústrias celulósicas e a definição de unidades de gestão florestal e das respectivas entidades gestoras dotadas de capacidade para gerir ordenadamente as áreas de minifúndio.

Outra medida prevista pelo PS prende-se com a consagração de novos direitos e deveres para os produtores florestais, como sejam o direito à compensação de rendimento sempre que uma parcela não deva ser florestada para protecção de outras ou o dever de gerir ordenadamente, sob pena de pesadas sanções que podem ir até ao arrendamento compulsivo.

AUMENTO DA MORTALIDADE INFANTIL

SINAIS NEGATIVOS DE DESENVOLVIMENTO

A mortalidade infantil aumentou entre 2001 e 2002 em Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve e Açores, tendo esta última região ultrapassado ligeiramente a média nacional de cinco mortes em cada mil nascimentos, segundo dados revelados, no passado dia 14, pela Comissão Nacional de Saúde Materna e Neo-natal.

Maria de Belém, em declarações ao "Acção Socialista", considerou grave os sinais negativos dados por este indicador de desenvolvimento.

A deputada socialista defende a necessidade urgente de se apurar "de forma rigorosa e exigente" o que se passou, pois "este pode ser o resultado de se ter optado por "trocar o objectivo dos serviços, que é a saúde das pessoas, pelos instrumentos, que são os trabalhadores desta área e da gestão financeira".

A dirigente do PS frisou igualmente que o nosso país debate-se, actualmente, com "taxas de mortalidade muito baixas", mas que este indicador tem inflectido ou mantido ao longo dos últimos 30 anos, pelo que é preciso "ver o que se passou". Para Maria de Belém, estes números podem ter derivado do "pouco carinho que se deu à forma inovadora de trabalhar das novas unidades de saúde familiar, que eram integradas por médicos e enfermeiros dos hospitais civis e dos centros de saúde" e que "conseguiu a diminuição das taxas de mortalidade materno-infantil".

CIÊNCIA

GOVERNO TENTA ILUDIR PORTUGUESES

Este Governo de "faz-de-conta" e "troca-tintas" não tem uma estratégia global para o desenvolvimento de Portugal e, por isso, tenta ganhar para si a opinião pública e os meios académicos com tentativas mal disfarçadas de ilusão. Esta a acusação feita por Augusto Santos Silva face ao pomposo anúncio do primeiro-ministro de um pseudo-novo investimento de mil milhões de euros em ciência e ensino superior.

O deputado socialista denunciou também que o Executivo anunciou apenas metade da verba negociada pelo ex-ministro Mariano Gago (num total de dois mil milhões de euros), correspondentes ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III).

Numa declaração política proferida no Parlamento, no passado dia 21, perante a ministra Maria da Graça Carvalho, Augusto



Santos Silva sustentou que "os propalados mil milhões não significam dinheiro novo do Estado português". Por outro lado, recordou que o mecenato científico já existia desde 1999 e que o actual Governo

de Durão Barroso, "longe de ser o amigo da divulgação e educação científicas", como pretende aparentar, "se comporta como o adversário jurado destas".

"O que o primeiro-ministro faz é dar outros nomes, aliás piropos, aos dois programas já existentes e insinuar falsamente como dinheiro novo as verbas ainda disponíveis nesses programas", reiterou.

Ainda em matéria de desenvolvimento, o PS responsabilizou o Governo por "Portugal estar a ficar para trás" na aplicação da Estratégia de Lisboa, aprovada durante, em 2000, durante a governação socialista.

Entretanto, no programa "Expresso da Meia-Noite", transmitido pela SIC-Notícias, na passada sexta-feira, Augusto Santos Silva considerou este anúncio como "a primeira grande mistificação do Governo para 2004".

NOVOS HOSPITAIS

PROTOSCOLOS CONTINUAM POR ASSINAR

O Governo prometeu dez novos hospitais até 2010 e garantiu que seria dada prioridade às autarquias que primeiro disponibilizassem os terrenos necessários para as edificações, mas os socialistas estão preocupados com os casos específicos de Sintra e Braga, onde ainda não foram realizadas as devidas formalidades.

António Galamba lembra, em dois requerimentos entregues, no passado dia 15, no Parlamento, que o Ministério da Saúde não assinou protocolos de cooperação com a totalidade das câmaras municipais envolvidas na concretização das parcerias público-privadas que antecedem a construção destas unidades de cuidados.

Neste contexto, Galamba questiona o ministro Luís Filipe Pereira sobre a lista total dos dez novos hospitais e o

calendário previsto para a sua edificação. O deputado do PS quer igualmente saber se a tutela está em condições de confirmar o princípio da disponibilização dos terrenos como o factor que determina a inserção de determinado projecto no calendário das unidades hospitalares a construir.

Por último, António Galamba requer informações precisas sobre o momento em que foram aprovadas pelos competentes órgãos municipais as cedências de terrenos destinados à construção dos novos hospitais de Loures, de Cascais, de Braga, de Sintra e de Vila Franca, sobre o *timing* em que se procedeu ou pretende proceder à assinatura dos respectivos protocolos.

"Em concreto, já procedeu o Ministério da Saúde à assinatura de protocolos com os Municípios de Braga e Sintra que antecedem Vila Franca de Xira", questiona.

Exclusão de Guimarães da rota do Euro 2004

Noutro documento, entregue à Mesa da Assembleia da República, no mesmo dia, António Galamba pede ao ministro-adjunto de Durão Barroso, Luís Arnaut, que esclareça "o tipo de jogada ou de golpe" que pode estar em causa na situação suscitada em torno da remodelação do Estádio D. Afonso Henriques, conforme opinião por este expressa em entrevista à revista "Visão". O parlamentar socialista exige saber se em algum momento o Governo ponderou, pondera ou pretende ponderar a eventual exclusão do estádio de Guimarães do elenco integrado na organização da fase final do Campeonato da Europa de Futebol — Euro 2004.

CULTURA

INCAPACIDADE PARA VALORIZAR A NOSSA LÍNGUA

A direita tem revelado uma forte incapacidade de negociação na estratégia de preservação e valorização da língua e cultura portuguesas no estrangeiro e uma clara paralisia perante as investidas aguerridas, neste domínio, da Espanha e até do Brasil.

Isabel Pires de Lima apresentou, no passado dia 9 de Janeiro, ao Parlamento, um requerimento em que acusa o Governo de mostrar "uma tibieza indiciadora de falta de consciência do dever patriótico de fomentar a implantação de um dos mais ricos bens patrimoniais que a história nos legou — a Língua Portuguesa".

No documento, a deputada exprime a preocupação dos socialistas face ao que considerou ser "uma sistemática perda de terreno do português nas mais



prestigiadas instituições universitárias europeias".

Isabel Pires de Lima refere-se ao encerramento de vários estudos e cátedras de português nas universidades de Sorbonne (Paris) e Humboldt (Berlim). Neste sentido, exigiu que o Ministério dos Negócios Estrangeiros esclareça rapidamente se a tutela pretende empenhar-se fortemente junto das referidas instituições para resolver estas "situações calamitosas" e precaver outras no futuro. Também sobre a política de fecho sistemático de leitorados, a parlamentar do PS solicitou explicações, querendo ainda ser informada se o Governo tenciona continuar a descurar a célere nomeação dos seus adidos culturais, como aconteceu no caso da França, Brasil e Guiné-Bissau.

SOLIDARIEDADE

PS PEDE ESCLARECIMENTOS SOBRE LARES E CRECHES ENCERRADOS

O Governo garante que foram encerrados 40 lares de idosos, 130 creches e jardins-de-infância por falta de condições de qualidade e segurança, mas o PS quer ouvir mais esclarecimentos do ministro da Segurança Social e do Trabalho sobre a estratégia a que obedeceu e sobre os apoios que estão a ser dados aos utentes às famílias das crianças das instituições

encerradas em Setembro de 2003.

A localização precisa, a data de encerramento dos 170 lares, creches e jardins de infância, o número e o lugar onde foram colocadas as pessoas envolvidas são as informações solicitadas num requerimento entregue, no passado dia 15, no Parlamento.

Os socialistas reagiram assim às declarações feitas recentemente por

Bagão Félix, que surgiram após a divulgação de uma auditoria segundo a qual a maioria dos lares de idosos dificulta a mobilidade dos utentes e não tem sistemas contra incêndios.

"Não importa, para já, tecer qualquer comentário ao facto de o senhor ministro ter metido na gaveta o relatório", refere o requerimento assinado pelo deputado socialista Artur Penedos.

INCÊNDIOS DO VERÃO

DÍVIDAS E PREJUÍZOS AINDA POR PAGAR

Passados cerca de seis meses desde calamidade que o País viveu no Verão, ainda não foram pagos os montantes em dívida pelas operações de socorro e combate que se realizaram durante e após a vaga de fogos florestais, parecendo, aliás, acrescidas as dificuldades para efectivar o pagamento dos prejuízos.

Tendo em conta a gravidade da situação, de que a Federação Distrital dos Bom-

beiros de Portalegre faz eco, o PS decidiu questionar o ministro da Administração Interna, num requerimento entregue à Assembleia da República, no passado dia 20, sobre a substituição dos veículos de combate a incêndios que foram perdidos, como aconteceu no Crato.

Ainda em matéria de equipamentos, os deputados Miranda Calha e Zelinda Semedo pedem esclarecimentos sobre a

sua renovação anual, "que se tornou premente depois do desgaste sofrido na sequência do combate aos últimos grandes incêndios".

Por fim, os socialistas exigem saber quais as razões para "tamanhos atrasos" e perguntam se, efectivamente, já foram tomadas as medidas que se impõem para colmatar os enormes prejuízos sofridos pela associação de bombeiros".

AÇORES

DEPUTADOS SOCIALISTAS RECLAMAM CONSTRUÇÃO DE 164 HABITAÇÕES SOCIAIS

Muitas famílias açorianas que actualmente vivem em condições sociais e habitacionais precárias estão a ser prejudicadas pelo bloqueio da assinatura do Acordo de Colaboração para a construção de 164 novos fogos.

Os deputados socialistas eleitos pelos Açores Medeiros Ferreira e Fagundes

Duarte indagam as razões, "se as houver", para que tal situação aconteça, num requerimento dirigido ao ministro das Obras Públicas e Habitação e entregue na Assembleia da República a 15 de Janeiro. No documento, os parlamentares frisam que o governo regional desconhece as razões que, desde Julho de 2003,

impedem a Secretaria de Estado da Habitação de dar assentimento ao Instituto Nacional da Habitação para a assinatura do referido acordo para edificação fogos que vai beneficiar três ilhas (S. Miguel, S. Maria e Faial) e oito concelhos dos Açores, abrangendo mais de 700 pessoas.

PATRIMÓNIO

DEGRADAÇÃO DO FORTE DO PESSEGUEIRO PREOCUPA SOCIALISTAS



A deputada Maria Santos quer que o ministro da Cultura explique quais as medidas que pretende implementar para evitar a crescente degradação do Forte da Ilha do Pessegueiro, em iminente risco de ruína, e para corrigir "a incompreensível passividade das entidades oficiais".

Estas e "todas as informações que se entendam relevantes sobre este

assunto" foram solicitadas em requerimento entregue, no passado dia 15, na Assembleia da República.

Segundo lembra a parlamentar do PS, este forte de planta estrelada "é um monumento de interesse público, como tal classificado por decreto, e representa um importante marco histórico, cultural e turístico da região de Sines". Mas, lamenta, "nos últimos anos tem sido a falta de manutenção e o vandalismo ameaças constantes para o património em questão".

BSE NOS OVINOS

EXIGIDAS EXPLICAÇÕES URGENTES AO MINISTRO DA AGRICULTURA

Explicações sobre as notícias que dão conta da possibilidade da doença das vacas loucas (BSE) ter alastrado aos ovinos em Portugal devem ser dadas, com "urgência", pelo ministro da Agricultura, Sevinate Pinto, no Parlamento. Esta a exigência socialista, expressa num requerimento entregue, no passado dia, 14 na Assembleia da República, pelo deputado Miguel Ginestal.

O PS pediu a audição de Sevinate Pinto na Comissão de Agricultura e Pescas sobre a eventual passagem da BSE (vulgarmente conhecida como doença das "vacas loucas") aos ovinos.

Esta decisão foi anunciada depois do laboratório inglês que examinou as amostras das análises enviadas por Portugal ter já assegurado que não detectou qualquer sinal de BSE nos dois animais.

"O facto de estar em causa a segurança e qualidade alimentar dos consumidores, bem como a saúde pública dos portugueses, obriga a que se fale verdade, no sentido de imediatamente se poder tranquilizar todos", sublinha o documento.

LINHA DO OESTE

NADA DE NOVO

O Governo em peso deslocou-se a Óbidos para realizar uma pomposa reunião de Conselho de Ministros que não trouxe nada de novo para a região do Oeste, nem mesmo um apoio contundente à candidatura desta vila histórica a Património Mundial.

As expectativas dos oestinos foram goradas. O Executivo não clarificou definitivamente as questões relacionadas com a elaboração de um Plano Regional de Ordenamento, a construção do novo Aeroporto Internacional de Lisboa na OTA, nem mesmo a requalificação da Linha Ferroviária do Oeste, tão defendida pelo PSD enquanto oposição.

Assim o denuncia, em requerimento entregue ao Parlamento, no passado dia 20, o deputado António Galamba, para quem o Governo se limitou a "reafirmar a sua firme manutenção dos níveis do desemprego registados e da contenção salarial dos funcionários públicos".

Eganaram-se os que pensaram que ministros e secretários de Estado usariam os meios de transporte ferroviário para chegar a Óbidos, daí que o deputado socialista tenha questionado o titular da pasta da presidência do Conselho de Ministros sobre os motivos de tal opção.

António Galamba quer saber se a esta alternativa foi posta de parte pelo facto de, em dois anos, "a Linha do Oeste ainda não ter sido objecto dos investimentos e da valorização que o PSD reclamava entre 1995 e 2001".

GERIR O ESTADO



LUÍS NAZARÉ

A modernização da máquina pública é uma causa que sensibiliza todos os portugueses. A sociedade civil mostra-se pronta. E o PS?

A cultura do imediato, tão excitante quanto perversa, conduz as sociedades à ideia de que a política hoje se resume a pouco mais do que um exercício de estilo e de gestão. É certo que a exposição pública e as investidas impiedosas da comunicação social transformaram a classe política num grupo de resistentes de diversos matizes. Sabemos que a queda do Muro de Berlim e a globalização vieram homogeneizar os sistemas económicos e os hábitos dos cidadãos, reduzindo o leque das escolhas nacionais às matérias fora do alcance das bolsas de valores. Mas a política não perdeu o essencial do seu significado e não pode transformar-se num exercício para estilistas, marketeers e gestores do sistema. Queremos um PS visionário e corajoso, consciente do impacto e alcance das suas escolhas, capaz de hierarquizar prioridades com sentido de interesse colectivo – isto é, com uma perspectiva de longo prazo onde o progresso e o bem-estar sejam os designios dominantes.

Pensemos na máquina pública, nessa máquina que Nietzsche diabolizou e Weber racionalizou – o Estado. Nunca como agora se tornou tão premente a sua reforma. Exigem-na os cidadãos, os agentes económicos e as finanças públicas. É uma missão de longo prazo, repleta de escolhos, descrenças e armadilhas. Por isso, carece de um forte empenhamento político e capacidade de comando, além de tecnologia, re-engenharia de processos e reorganização funcional dos serviços. Por onde começar? E que escolhas políticas a montante? Qual a partição de responsabilidades entre o Estado e a coisa privada nos principais sistemas de interesse público – a saúde, a educação, a segurança? Que critérios e que salvaguardas de interesse colectivo se devem observar na terciarização de serviços públicos?

É destas escolhas que a política é feita e é nelas que deve incidir o debate e o escrutínio público. Por mim, não tenho quaisquer reservas mentais na delegação de tarefas do público para o privado, incluindo uma forte terciarização de actividades, desde que daí resultem ganhos de eficiência e benefícios na qualidade e extensão dos serviços prestados. O que importa é que os mecanismos de regulação sejam eficazes e intervenientes, sobretudo em sectores vitais e de pronunciada expressão económica, como a saúde. *O que os cidadãos querem é melhores hospitais, melhores cuidados médicos e menos listas de espera. Pouco lhes interessa a forma de gestão dos sub-sistemas. Talvez nem se importem de contribuir um pouco mais, se reconhecerem maior qualidade e prontidão dos serviços.* A rede pública de saúde não tem de ser exclusivamente gerida pelo Estado, pode e deve passar pelas fórmulas de gestão e de parceria mais adequadas à expressão socioeconómica das diferentes comunidades e regiões. Entre nós, temos exemplos para todos os gostos. Um dos mais conhecidos é certamente o do hospital Amadora-Sintra, onde se tem verificado uma acesa polémica quanto às contas e à relação custo-benefício. Não estou por dentro dos números da discórdia, mas sei por experiência própria que o Amadora-Sintra funciona melhor do que qualquer outro hospital público da região de Lisboa. Se se tem dúvidas, pergunte-se às populações. Mas também sabemos que o hospital de Santa Maria da Feira, de gestão empresarial pública, é dos melhores do País e que muitas das experiências de gestão privada levadas a cabo noutras latitudes – sobretudo no universo anglo-saxónico – conduziram a resultados decepcionantes.

De facto, o gerencialismo já conheceu melhores dias. Longe vão os tempos em que se pensava que a simples gestão privada da coisa pública resolveria os problemas de ineficiência da máquina estatal. Os Estados Unidos, o Reino Unido, a Austrália,

entre outros, seguiram este caminho, com resultados mitigados. Desde os anos 80, realizaram-se experiências, algumas delas sustentadas por programas ambiciosos, em diferentes sub-sistemas públicos. Na saúde e nos transportes, por exemplo, alcançaram-se resultados contraditórios – ganhos de eficiência na gestão hospitalar, por vezes à custa de agudos conflitos sociais e incompreensões dos utentes, ganhos de coisa nenhuma nas principais redes de transportes públicos, com preocupantes atropelos às normas de segurança e qualidade de serviço (vide o exemplo da *British Rail*). Não será certamente por acaso que, na pátria do liberalismo (os Estados Unidos), subsistem inúmeros serviços de interesse geral a preço zero, custeados pelo erário público, tais como, em muitas cidades norte-americanas, os transportes urbanos, o aquecimento central ou as chamadas locais.

Não é nas questões esotéricas nem nas danças de modelos de gestão que se joga a modernização do Estado. O principal desafio é ousar transformar a sua matriz de procedimentos, introduzindo-lhe mudanças profundas em áreas-chave a partir dos *outputs* pretendidos e, posteriormente, replicando as experiências bem sucedidas noutras funções. Na verdade, só as aproximações selectivamente radicais têm dado frutos, devendo-se-lhes a esmagadora maioria dos casos de sucesso inventariados à escala planetária.

Perante a óbvia constatação do esgotamento do modelo de administração da máquina pública, por que não se consegue pô-la a funcionar em moldes eficientes? A primeira dificuldade reside na aproximação sistémica a adoptar. A segunda, na estratégia para vencer os cinco tipos de constrangimentos de que padece a Administração Pública: políticos, jurídico-formais, processuais, técnicos e humanos. Os dois primeiros só podem ser ultrapassados por via de um claro designio governativo, onde a vontade de mudança seja acompanhada da clarividência, dos métodos e dos meios (internos e externos) necessários. Os três últimos são função da capacidade mobilizadora dos dirigentes e do grau de absorção de novas técnicas e procedimentos pelo conjunto da Administração Pública.

Ora, não se vê na actual matriz governativa um propósito modernizador ou um projecto consistente de mudança e de progresso, mas somente um intuito rápido e obsessivo de corte nas despesas. As novas regras que aí vêm para a função pública – o regime de contratos individuais de trabalho nas novas admissões, a mobilidade profissional dos funcionários ou a introdução de novos sistemas de avaliação de desempenho – são mecanismos incontornáveis de gestão corrente, por que o PS sempre pugnou. Acontece que a opção do Governo tem um selo exclusivamente financeiro – a redução pura e dura do défice público – e uma profunda marca de autismo social. O resultado é a ruptura dos canais de comunicação com a função pública e o esmorecimento dos seus quadros mais dedicados.

Sabemos que os tempos não são fáceis e que importa ser-se realista e eficiente na gestão da coisa pública. Sabemos que alguns dos privilégios do funcionalismo público terão de ser sacrificados. Mas também sabemos que nada se consegue sem a participação empenhada do mais escasso e precioso dos recursos – as pessoas. E estamos hoje conscientes de que só haverá mudança efectiva com uma profunda re-engenharia nos processos e nas estruturas orgânicas do Estado. *A modernização da máquina pública é uma causa que sensibiliza todos os portugueses. A sociedade civil mostra-se pronta. E o PS?*

Debates Socialistas

A Igualdade entre Homens e Mulheres na Europa

- EMPREGO
- DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS
- PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

5 de Fevereiro - 18.00h

Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República

ORADORES:

Britta Thomsen, Partido Social Democrata da Dinamarca. Candidata ao Parlamento Europeu

Leonor Xavier, Escritora / Jornalista

Sérgio Sousa Pinto, Deputado do Partido Socialista ao Parlamento Europeu

Entrada Livre



NORBERTO BOBBIO

A CAUSA DA LIBERDADE

Morreu Norberto Bobbio (1909-2004). Foi um dos grandes filósofos do século XX. Foi um combatente contra a indiferença e pelo culto da memória. Num livro extraordinário "De Senectute" (1996) disse: "O tempo da memória segue um caminho inverso ao do tempo real: quanto mais vivas as lembranças que vêm à tona das nossas recordações, mais remoto é o tempo em que os factos ocorreram. Cumpre-nos saber, porém, que o resíduo, ou o que logramos retirar desse poço sem fundo é apenas uma ínfima parcela da história da nossa vida. Nada de parar. Devemos continuar a escavar. Cada vulto, gesto, palavra ou canção que parecia perdido para sempre, uma vez reencontrado, ajuda-nos a sobreviver". E que é a memória individual senão uma parte da memória histórica, sem a qual não podemos viver, sob pena de correremos no sentido do suicídio colectivo? A ignorância da história conduz-nos à irresponsabilidade e à tirania.

Bobbio nasceu em Turim, filho de um médico. Fez o liceu na capital do Piemonte, onde também frequentou a Faculdade de Direito, sendo discípulo de Luigi Einaudi e Francesco Ruffini. Gioele Solari conduzi-lo-á nos caminhos da filosofia jurídica. Em 1932, vai para a Alemanha e no ano seguinte defende tese em filosofia sobre "Husserl e a fenomenologia". Em 1934 inicia a livre docência em filosofia do Direito e em 1935 coordena a disciplina na Universidade de Camerino. Em 15 de Maio é preso em Turim, com amigos do grupo "Justiça e Liberdade", entre os quais de encontra Cesare Pavese. Defende os ideais da liberdade e prossegue uma intensa investigação científica. Sucede em Siena na cátedra a Felice Bataglia. Elabora a edição crítica da "Cidade do Sol" de Campanella. Vai para Pádua e adere em 1940 ao grupo clandestino Partido da Acção, de orientação liberal-socialista. É preso pelas actividades que desenvolve contra o regime fascista, pouco tempo depois de casar com Valeria Cova (1943-44). Continua a leccionar em Pádua, apesar de desenvolver trabalho político intenso em Turim.

Após a queda de Mussolini (25 de Abril de 1945), dedica-se ao jornalismo político em "Giustizia e Libertá", órgão do Partido da Acção, dirigido por Franco Venturi. Nas eleições constituintes de 1946 candidata-se, mas não é eleito. Apresenta em Itália a obra maior de Karl Popper "Sociedade Aberta e os Seus Inimigos". Participa nas actividades do Centro de Estudos Metodológicos, fundado pelo seu amigo Ludovico Geymonat, com o objectivo de superar a distinção tradicional entre cultura científica e cultura humanística. Ensinava em Turim a partir de 1948, dirigindo memoráveis cursos – desde a Teoria da ciência jurídica e da norma jurídica ao positivismo jurídico, passando pelos cursos históricos sobre Kant, Locke e sobre a guerra e a paz. Colabora activamente na Sociedade Europeia de Cultura, com o objectivo de lançar as bases de uma consciência cívica europeia. O diálogo entre a política e a cultura é para Bobbio fundamental e constitui pedra angular do seu pensamento – nos mesmos termos que o desenvolvimento das ciências sociais e os métodos propiciadores de uma nova cultura.



Em 1957 conhece Kelsen no Instituto Internacional de Filosofia Política, apresentando uma comunicação com os argumentos contra o direito natural. Em 1962 começa a leccionar Ciência Política. 1965 é a data da publicação das célebres colectâneas de ensaios "De Hobbes a Marx" e "Jusnaturalismo e Positivismo Jurídico". Em 1968 mantém um difícil diálogo com o movimento estudantil. No ano de 1972 transfere-se para a nova Faculdade de Ciências Políticas de Turim, que dirige de 73 a 76. Lecciona sobre a teoria das formas do Estado, a formação do Estado moderno, e sobre mudança política e Revolução. O federalismo europeu mobiliza-o intensamente, bem como o debate político sobre a esquerda democrática e o socialismo liberal.

No âmbito da Amnistia Internacional combate activamente a pena de morte – sendo de destacar a célebre conferência de Rimini sobre o tema (1981). Em 18 de Julho de 1984 foi nomeado pelo Presidente Sandro Pertini senador vitalício, e nesse ano publica a colectânea de ensaios "O Futuro da Democracia – Uma defesa das Regras de Jogo". Ganha em 1989 o prémio internacional da Sociedade Europeia de Cultura, continuando uma fecunda produção literária: "Ensaio sobre Gramsci", "A Idade dos Direitos" (1990), "Uma Guerra Justa" (1991), e o "best-seller" "Direita e Esquerda" (1994). A revista "Linea d'Ombra" publica ainda uma colectânea de textos morais, sob o título "Elogio della mitezza", retrato de um grande intelectual militante da cultura e da liberdade, para quem a moderação é sentido de humanidade e não se confunde com a indiferença ou com a inexistência de fronteiras de ideais e de causas.

Foi sempre um europeu militante e um exemplo na defesa das causas da Paz e da dignidade da pessoa humana. Nos últimos anos não escondeu as suas preocupações sobre o rumo da vida política italiana e sobre a recente evolução internacional. Muitas vezes pegou na pena para dizer que o rumo seguido era perigoso e para exprimir a sua preocupação pela prevalência de uma lógica de populismo e de fragmentação social. Representou sempre o pólo profético da política. Não pode deixar de ser ouvido atentamente!



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Correio dos Leitores

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

American Cup ou Uma Taça que... "foi à vela"

Mais uma vez, aconteceu...

Era uma vez um País em que as coisas aconteciam por acontecer. E as coisas que "acontecem" não são o mesmo que as coisas que se "fazem".

As coisas acontecem... quando um conjunto favorável de circunstâncias conlui, por obra do acaso, para que se realize, ou se não realize, aquilo que desejamos que aconteça, ou não aconteça.

As coisas "fazem-se" acontecer, por obra de planeamento esclarecido, prática de bom trabalho e sentimentos de nível superior se forem elevadas as intenções ou, de nível inferior, se as intenções forem menos elevadas. Com a Taça América, mais uma vez "aconteceram" muito de boas coisas que, aparentemente de forma inesperada, resultaram em "não fazer-se nada", por um envenenamento puro e simples... mas que foi uma coisa muito má [...].

Só que, entretanto, ficamos todos a ver passar os comboios... de abastecimentos, enquanto os barcos, "foram à vela..." para Valência.

Agora tudo se lamenta que se tenha perdido esta "duvidosa" fonte de riqueza da organização da Taça América e eu fico a pensar no golpe profundo desferido, mais uma vez, na nossa mal amada juventude, desviada, por sistemática falta de incentivo, numa prática desportiva, nobre por excelência: a actividade náutica da vela. [...]

*Alberto Gonçalves de Amorim
Director do Clube Náutico de Sines*

Clube Lisboa

Debate A REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO E AS POLÍTICAS URBANÍSTICAS

Auditório da Junta de Freguesia de Benfica
2 DE FEVEREIRO DE 2004 • 21.30H

Intervenientes

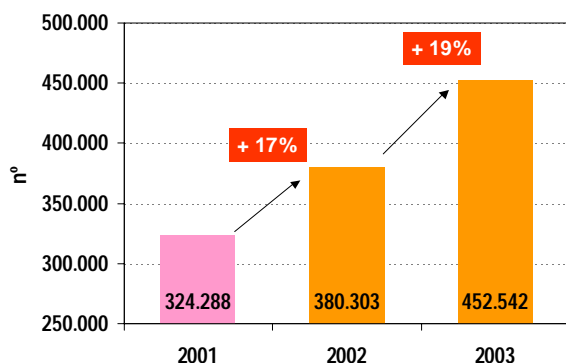
Guilherme d'Oliveira Martins, deputado
Eduardo Cabrita, deputado
Fernando Nunes da Silva, especialista em urbanismo

Moderador
José Leitão

OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

Desemprego Registrado

Dezembro



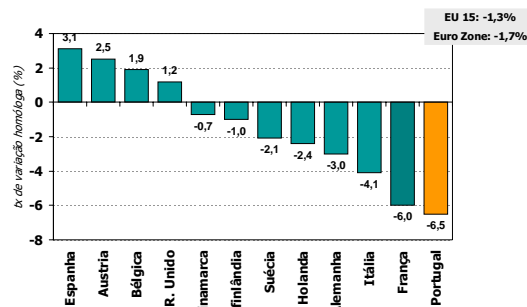
IEFP

Em dois anos o desemprego em Portugal aumentou 40 por cento.

Entretanto, o investimento está em queda.

Eis o triste resultado das políticas do Governo.

Crescimento do Investimento (FBCF) 3º Trimestre de 2003

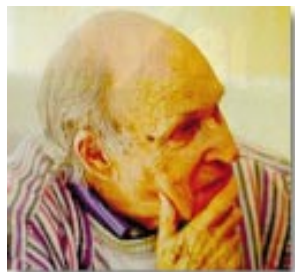


Fonte: Eurostat

SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

EUGÉNIO DE ANDRADE – PARABÉNS!



O Porto festejou mais um aniversário do seu poeta adoptivo, Eugénio de Andrade, que cumpriu, a 19 de Janeiro, 81 anos. E festejou-o da melhor forma, com poesia, de Eugénio e para Eugénio. Duas edições belíssimas publicadas pela ASA com a orientação gráfica de Armando Alves e a coordenação editorial de José da Cruz Santos, um editor de raro bom gosto, que sabe fazer do próprio objecto livro uma obra de arte; neste caso duas obras de arte – *Uma prenda para Eugénio com algumas túlipas* e *Os dóceis animais*. São dois livros raros e caros mas que se pode sempre folhear para delícia da vista e do tacto; os mais felizes, que possam dispor-se a abrir os cordões à bolsa, passarão a ter dois livros muito belos.

O primeiro, como o título informa, é um presente para Eugénio no qual 67 artistas, poetas e pintores, quiseram colaborar. Temos então a presença de artistas de diversas gerações e de proveniências estéticas muito variadas que vieram dizer a Eugénio de Andrade, através das suas artes de eleição, quanto apreciam a obra do poeta.

Os poetas, entre os quais estão nomes como os de Manuel António Pina ou Vasco Graça Moura ou Manuel Alegre ou José Tolentino Mendonça ou Gastão Cruz, evocam Eugénio em poemas que ora o interpelam, ora o convocam incorporando versos seus, ora o glosam em jogos plagiadores, ora testemunham momentos de convívio. Todos, porém, de modo mais ou menos confessado visitam os lugares matriciais da poesia do autor: a palavra primeira, o silêncio resgatado, a vibração dos elementos primordiais (água, terra, luz, fogo, sol, céu), a epifania do corpo, o afundamento na escuridão da morte, a música, enfim.

Os artistas plásticos – de entre os quais se pode referir nomes tão destacados como Jorge Pinheiro ou Jaime Isidoro ou José Rodrigues ou Rogério Ribeiro ou Júlio Resende –, também eles optaram por caminhos variados, do retrato à evocação de um poema concreto, do claro exercício de ilustração à sugestão de uma atmosfera corporizada pela poesia do poeta ou à lembrança de uma memória comum. E esse exercício resultou tanto mais interessante quanto chegou a acontecer que o mesmo poema desafiou artistas distintos.

Os dóceis animais é um livro de outra natureza, uma antologia de poemas relacionados com gatos feita pelo próprio Eugénio de Andrade a partir dos seus livros, com ilustrações de belas poses de gatos da autoria de Cristina Valadas, que é também autora de um impressionante retrato de Eugénio quase esvoaçante, rodeado naturalmente de gatos. Trata-se de uma espécie de testemunho autobiográfico do autor de uma vida pontuada por gatos e iluminada pelo “oiro” dos seus olhos – “olhos de deus”, chama-lhes o poeta. A luz encantatória e fria dos olhos dos gatos, desde “os grandes olhos cor de bronze”, do Bibi, o primeiro tigreinho da infância até ao Micky, um autêntico “príncipe oriental”, a quem o poeta dedica um verdadeiro poema de amor e de despedida, é uma luz capaz de se humanizar, a ponto de ele admitir que “É ao sol dos seus olhos que talvez aqueça as mãos.”

Estes pequenos deuses, fugazes e dóceis animais, corporizam para Eugénio de Andrade, ao longo desta obra, a própria imagem da beleza, frágil e perecível. O último verso do livro diz assim: “Estas areias; as derradeiras; o seu frio esplendor.”

Não deixe de folhear estes dois livros...

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para acca-socialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o